CONFIANÇA
Nova pesquisa ICEI mostra recuperação

PORTOS
Estudo calcula o custo da burocracia

RELATÓRIO ESPECIAL
O diagnóstico fiscal de Ana Paula Vescovi

Indústria BRASILEIRA

Revista da Confederação Nacional da Indústria | Ano 1 | nº 7 | Outubro 2016

A VOLTA DA ORDEM FISCAL

GOVERNO E CONGRESSO INDICAM RECUPERAÇÃO DA RESPONSABILIDADE NAS CONTAS PÚBLICAS

CNI SESI SENAI IEL

CNI

Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

OLIMPÍADA DO
CONHECIMENTO
SENAI SESI

QUER SER UM PROFISSIONAL DE SUCESSO?
PARTICIPAR É O PRIMEIRO PASSO.

A Olimpíada do Conhecimento é um grande evento que vai ajudar você na sua escolha profissional. São muitas atrações para você conhecer o dia a dia das profissões, ficar bem informado e se inspirar. Não perca.

• Competição com Desafios por equipe e individuais • Festival SESI de Robótica FLL • Escola SESI SENAI do Futuro • Mostra SESI de Ciências e Engenharia • Mostra Inova SENAI • Exposição "A Arte do Ofício" • Palestras e muito mais.

De 10 a 13 de novembro
Ginásio Nilson Nelson – Brasília
Entrada gratuita

ESCOLHA PARTICIPAR.
ESCOLHA
SENAI!

www.senaiolimpiadas.com.br
/olimpiadasenai
/senaiolimpiada
/SENAI_olimpiada
/SenaiOlimpiada
/senaiolimpiada

Patrocínio Master
DEB'MAQ SKA ROMI SESI Conselho Nacional

Realização
INSTITUTO FEDERAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BRASIL GOVERNO FEDERAL SESI 70 iniciativa da CNI - Confederação Nacional da Indústria SENAI iniciativa da CNI - Confederação Nacional da Indústria

CARTA AO LEITOR

O presidente Michel Temer colheu, em suas próprias palavras, uma "vitória maiúscula" no último dia 10 de outubro, quando, no Plenário da Câmara dos Deputados, 366 parlamentares aprovaram, em primeiro turno, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 241, que estabelece teto de gastos para o governo federal pelos próximos 20 anos. Apenas 111 deputados federais votaram contra a medida, que pretende reorganizar as contas públicas. A decisão foi ratificada, em segunda votação, no dia 25 de outubro.

Esta edição traz um relatório especial com a íntegra do diagnóstico fiscal apresentado pela secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, na Reunião de Diretoria da Confederação Nacional da Indústria (CNI), no dia 27 de setembro. Uma das mais qualificadas defensoras da medida, Vescovi considera que a PEC estabelece um novo regime fiscal e ajudará o país a conquistar uma disciplina de longo prazo na gestão das contas do governo federal. "Entre 1991 e 2015, a despesa cresceu de 10,8% do Produto Interno Bruto (PIB) para 19,5%", alerta a economista, que enfatiza serem esses valores relativos, apenas, à despesa não financeira. Ou seja, sobre esses gastos, ainda soma-se a conta de juros, produzindo aumento da dívida pública.

A expectativa de que terá fim o crescimento desmedido das despesas do governo, impulsionado, especialmente, durante a gestão anterior, tem gerado otimismo entre os agentes econômicos. Desde o afastamento da ex-presidente, o Ibovespa, por exemplo, subiu de cerca de 51 mil para 61 mil pontos. No âmbito fabril, o *Índice de Confiança do Empresário Industrial* (ICEI) cresceu pelo quinto mês consecutivo em setembro, chegando a 53,7 pontos, acima da marca de 50 que separa o pessimismo do otimismo. Em comparação a setembro de 2015, a alta chegou a expressivos 18 pontos.

As boas notícias, contudo, não esgotam a agenda de modernizações necessárias à criação de um bom ambiente de negócios. Estudo da CNI denuncia problemas regulatórios no setor portuário que têm gerado excessiva burocracia e custo de R$ 4,3 bilhões por ano às empresas. Além disso, o estímulo à inovação no país deve cair drasticamente este ano. Os investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em inovação passaram de R$ 6 bilhões, em 2015, para apenas R$ 1,4 bilhão, de janeiro a junho de 2016.

A edição de outubro também faz um diagnóstico dos cursos da Universidade Corporativa SESI SENAI, conta detalhes da missão de empresários que a CNI e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) levarão à Alemanha para visitas a indústrias 4.0 e explica como o Sistema Indústria passará a emitir autorizações para exportação temporária de produtos destinados a feiras e exposições.

Boa leitura!

Revista INDÚSTRIA BRASILEIRA
Publicação Mensal da Confederação Nacional da Indústria - CNI
www.cni.org.br

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

PRESIDENTE
Robson Braga de Andrade

VICE-PRESIDENTES
Paulo Antonio Skaf; Antônio Carlos da Silva; Paulo Afonso Ferreira; Paulo Gilberto Fernandes Tigre; Flavio José Cavalcanti de Azevedo; Glauco José Côrte; Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; Edson Luiz Campagnolo; Jorge Parente Frota Júnior; Eduardo Prado De Oliveira; Jandir José Milan; José Conrado Azevedo Santos; Antonio José De Moraes Souza Filho; Marcos Guerra; Olavo Machado Júnior.

DIRETORES
Francisco de Assis Benevides Gadelha; José Carlos Lyra de Andrade; Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan; Jorge Wicks Côrte Real; Sérgio Marcolino Longen; Antonio Rocha da Silva; Heitor José Müller; Carlos Mariani Bittencourt; Amaro Sales De Araújo; Pedro Alves De Oliveira; Edílson Baldez Das Neves; Roberto Proença De Macêdo; Roberto Magno Martins Pires; Rivaldo Fernandes Neves; Denis Roberto Baú; Carlos Takashi Sasai; João Francisco Salomão; Julio Augusto Miranda Filho; Roberto Cavalcanti Ribeiro; Ricardo Essinger.

CONSELHO FISCAL
João Oliveira de Albuquerque; José da Silva Nogueira Filho; Francisco de Sales Alencar; Célio Batista Alves; José Francisco Veloso Ribeiro; Clerlânio Fernandes de Holanda.

DIRCOM – Diretoria de Comunicação CNI/SESI/SENAI/IEL

Diretor
Carlos Barreiros

Gerente-executivo de Jornalismo
Rodrigo Caetano

DESENVOLVIMENTO e PRODUÇÃO FSB COMUNICAÇÃO

Consultor editorial
Wladimir Gramacho

Jornalista responsável
Rachel Mello (DF 3877/95)

Reportagem
Ayr Aliski
Beatriz Borges
Mariana Mainenti
Regina Pires
Vivaldo de Sousa

Projeto gráfico e editoração
Armando Salmito | FSB Design

Revisão de texto
Renata Portella

Informações técnicas: (61) 3317-9472
Fax: (61) 3317-9456
email: revistacni@cni.org.br

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

SUMÁRIO

ARTIGO DO PRESIDENTE 6

INDÚSTRIA EM AÇÃO

ACORDO COM JAPÃO 8
Aprovado sistema preferencial de análise de patentes

ATA CARNET 10
CNI e federações autorizarão exportação temporária

PRÊMIO DE INOVAÇÃO 12
Inscrições abertas para a 5ª edição do certame

AGENDA LEGISLATIVA

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA 14
Estudo revela importância de aprimoramento do uso de energia

AGENDA LEGISLATIVA

PAULO BAUER 34
Senador do PSDB lembra que é preciso também reformar a Previdência

DARCÍSIO PERONDI 36
Deputado peemedebista diz que saúde e educação serão preservadas

RELATÓRIO ESPECIAL 16
O diagnóstico sobre a situação fiscal do País, apresentado pela secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, na Reunião de Diretoria da CNI

COMPETITIVIDADE

GESTÃO 38
Estudo mostra que é preciso incorporar a inovação em todas as etapas da atividade empresarial

SETOR PORTUÁRIO 40
Pontos de escoamento da produção nacional, portos sofrem com problemas regulatórios

TERMÔMETRO ECONÔMICO

ICEI EM ALTA 46
Indicador mostra recuperação sustentada da confiança do empresário industrial

CNI-IBOPE 47
Rodada de setembro mostra que popularidade do presidente Michel Temer continua baixa

SONDAGEM INDUSTRIAL 44
Pesquisa sugere que a produção fabril pode ter chegado ao fundo do poço

GIRO BRASIL

GIRO BRASIL 48
Alunos do Mato Grosso do Sul desenvolvem amassador de garrafas PET

GIRO GLOBAL

GIRO GLOBAL 50
CNI e BDI promovem encontro na Alemanha para fortalecer parceria

SESI / SENAI / IEL

UNINDÚSTRIA 52
Universidade Corporativa SESI SENAI aumenta oferta

MISSÃO À ALEMANHA 54
CNI e IEL levam comitiva para visitar o país da indústria 4.0

UMA MEDIDA IMPRESCINDÍVEL

O Brasil está entrando em uma nova fase, que será decisiva para o nosso futuro. Depois da superação da crise política que paralisou o país por mais de um ano e resultou no impeachment da presidente da República, é hora de concentrar todas as atenções nas reformas legislativas essenciais à retomada do crescimento econômico e à melhora nas condições de vida dos brasileiros.

Mais uma vez, o Congresso Nacional é chamado a apontar o rumo correto para o país suplantar seus problemas e retornar ao caminho do desenvolvimento. O primeiro passo é a aprovação, na Câmara e no Senado, da Proposta de Emenda Constitucional PEC nº 241, que impõe limites aos gastos públicos.

Em anúncio nos principais jornais do país, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e outras confederações empresariais manifestaram seu firme apoio à aprovação dessa iniciativa, capaz de pôr fim ao descalabro fiscal. O descontrole nas despesas públicas está na raiz da mais grave recessão da nossa história.

Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, os gastos do governo passaram de 14% do PIB em 1997 para 19,6% em 2015, devendo ultrapassar 20% neste ano. As despesas da União e dos estados apenas com pessoal e encargos sociais aumentaram quase R$ 90 bilhões – de R$ 473 bilhões em 2009 para R$ 562 bilhões em 2015. Um dado reflete todo esse descontrole: em quatro anos, de 2014 a 2017, o governo registrará déficits que somam R$ 440 bilhões.

O desajuste no orçamento desorganiza a economia, impulsiona a inflação, aumenta os juros, inibe os investimentos e impede o crescimento. Não é por outra razão que o Brasil enfrenta a quebra generalizada de empresas e desemprego recorde, que atinge 12 milhões de pessoas. O reequilíbrio orçamentário é requisito para que o país deixe para trás a recessão.

A PEC nº 241 estabelece um teto à expansão das despesas, que fica limitada à inflação do ano anterior. Isso significa crescimento real zero, uma espécie de revolução num país acostumado à gastança. O prazo de 20 anos de vigência é o tempo que se levará para consertar os desacertos nas finanças públicas acumulados ao longo da última década.

De acordo com projeções do Ministério da Fazenda, se essa proposta tivesse sido adotada em 2006, os gastos da União seriam hoje de 10% do PIB, metade do verificado na realidade. Com despesas contidas, não haveria a necessidade de aumentar a carga tributária, hoje em 33% do PIB, para financiar o Estado.

O ajuste fiscal deve ser acompanhado de medidas para melhorar o ambiente de negócios e retirar os entraves ao crescimento. Precisamos, urgentemente, aprovar as reformas previdenciária, trabalhista, tributária e política. A CNI vem apresentando diversas propostas para impulsionar a economia.

A aprovação da PEC nº 241 é fundamental na criação das condições para que se possa reverter o desequilíbrio das contas públicas, proporcionando a recuperação da confiança e a criação de um ambiente mais propício ao crescimento, com o consequente aumento do emprego e do bem-estar social.

O Brasil precisa retomar a via da estabilidade e do desenvolvimento. A nossa expectativa é de que a aprovação da PEC nº 241 represente o ponto de partida para o soerguimento da economia brasileira. Não podemos perder mais essa oportunidade de avançar na direção da reestruturação do país.

Foto: Miguel Ângelo / CNI

Robson Braga de Andrade

Foto: Sean Pavone / Shutterstock.com

Grupo de trabalho criado pelos governos brasileiro e japonês, em encontro na cidade de Tóquio, promete dinamizar o intercâmbio tecnológico e comercial entre os dois países

AJUDA DO ORIENTE

SISTEMA PREFERENCIAL DE ANÁLISE DE PATENTES PODERÁ REDUZIR EM SETE ANOS O PRAZO DE CONCESSÃO DE DIREITOS SOBRE PRODUTOS E PROCESSOS TECNOLÓGICOS

O uso das análises japonesas para acelerar a concessão de patentes no Brasil poderá beneficiar, em breve, empresas brasileiras, reduzindo o prazo médio de análise, hoje em 11 anos, para um prazo entre quatro e cinco anos. Mais um passo nesse sentido foi dado em setembro, quando os ministérios da Indústria, Comércio Exterior e Serviços do Brasil e o da Economia, Comércio e Indústria do Japão assinaram, em Tóquio, documento que cria um grupo de trabalho para propor um acordo de compartilhamento de exame de patentes entre Brasil e Japão.

Conhecido como PPH (do inglês *Patent Prosecution Highway Agreement*), esse sistema preferencial de análise de patentes poderá agilizar a concessão de patentes no Brasil a partir dos documentos e análises já aprovados pelas autoridades do Japão.

"Essa medida poderá melhorar a viabilidade dos investimentos e negócios de ambos os países", diz Fernando Furlan, secretário-executivo do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Segundo ele, "a expectativa é de que o projeto resulte em redução da duplicação de esforços e da sobrecarga de trabalho, possibilitando melhor qualidade e maior agilidade no exame de patentes".

O acordo faz parte dos esforços do setor privado para destravar as relações comerciais e de investimento entre os dois países, que têm perdido força nos últimos cinco anos. Para o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, o acordo será importante para ampliar as relações comerciais entre os dois países e atrair novos investimentos.

"A fila de patentes no Brasil é imensa. Se conseguirmos reduzir o prazo médio de análise, hoje de 11 anos, vamos certamente atrair mais investimentos e centros de pesquisa e desenvolvimento", argumenta Andrade. O acordo possibilitará o uso das análises japonesas para acelerar a concessão de patentes no nosso país. Também por isso, a CNI defende que o governo brasileiro lance o PPH com o Japão já no ano que vem.

Um grupo de trabalho será formado por representantes do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e do *Japan Patent Office* (JPO). O objetivo é estabelecer, com o Japão, um acordo nos mesmos moldes do assinado com os Estados Unidos. Desde janeiro deste ano, as empresas brasileiras podem usar o resultado de um pedido de patente depositado no INPI para agilizar o exame no *United States Patent and Trademark Office* (USPTO) e vice-versa. Os candidatos que se submetem ao procedimento no INPI podem ter uma resposta do USPTO em cerca de três meses.

O PPH evitará o retrabalho dos examinadores do Brasil e do Japão, pois prevê a cooperação entre seus respectivos escritórios – INPI e JPO – para facilitar a concessão das patentes. O acordo prevê, ainda, acesso recíproco e uso voluntário das análises realizadas pelos escritórios.

NOVA REGRA FACILITA PROMOÇÃO COMERCIAL

ENTROU EM VIGOR O *ATA CARNET*, UMA AUTORIZAÇÃO EMITIDA PELA CNI E PELAS FEDERAÇÕES DE INDÚSTRIA PARA EXPORTAÇÕES TEMPORÁRIAS

Para participar de uma feira no exterior e exibir sua produção, um empresário brasileiro levava, pelo menos, 45 dias para desembaraçar sua mercadoria na Receita Federal. O prazo era a antessala do desânimo. Se a intenção fosse expor em vários países, então, seria necessário um procedimento aduaneiro específico para cada um deles e o sonho de conquistar novos mercados ficaria ainda mais distante.

Essa era a realidade do empresário brasileiro até o dia 3 de outubro. A partir dessa data, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) começou a emitir, em parceria com a Secretaria da Receita Federal, o *ATA Carnet* (acrônimo da expressão em francês Admission Temporaire e em inglês Temporary Admission). O documento leva apenas cinco dias para ser liberado e possibilita a exportação temporária de bens, sem impostos, a outros 74 países.

"O público-alvo do *ATA Carnet* são as indústrias que participam de exposições no exterior, a indústria cultural e de eventos e os atletas que viajam para participar de competições desportivas", diz a gerente de Serviço de Internacionalização da CNI, Sarah Saldanha. "Agora, com um único título, eles conseguem atender às exigências da Receita brasileira e dos países de destino", explica.

Para a indústria de calçados, por exemplo, a medida foi um marco na desburocratização. "Além de visibilidade ao país, o *ATA Carnet* trará facilidade ao fluxo de mercadorias da indústria calçadista, que tem nas feiras e exposições sua principal plataforma comercial para negócios de exportação", diz Heitor Klein, presidente-executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados).

O *ATA Carnet* é válido por um ano e, com o mesmo título, é possível realizar várias entradas e saídas no país. O formulário com a descrição das mercadorias e equipamentos a serem enviados ao exterior pode ser preenchido pelo site www.ata.cni.org.br. A análise é automática. Após o pagamento do seguro garantia, a CNI aprova a emissão. A Aduana brasileira tem acesso ao mesmo sistema de emissão e, no momento do embarque, os fiscais verificam as informações notificadas pelo empresário.

A expectativa da confederação é que sejam emitidos 10 mil títulos no período de cinco anos. Além da CNI, também já estão emitindo o documento federações de sete estados: Ceará, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Elas podem atender a solicitações de empresas de todo o Brasil. Até o início de 2017, espera-se que o sistema de emissão presencial funcione em todas as 27 federações de indústria.

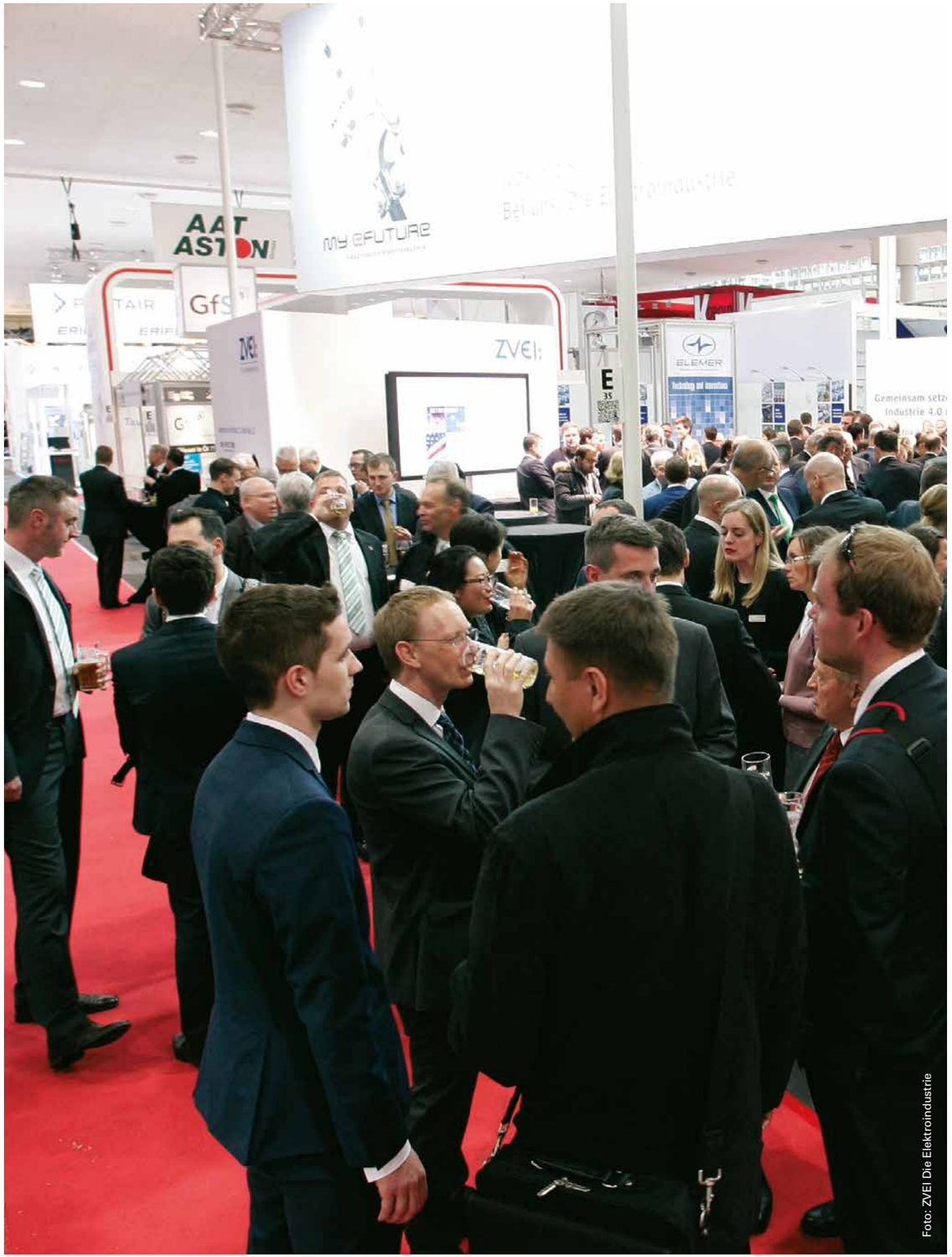


Foto: ZVEI Die Elektroindustrie

Participação de industriais brasileiros em feiras tradicionais, como a de Hannover, será mais fácil com o ATA Carnet

ABERTAS INSCRIÇÕES DO PRÊMIO NACIONAL DE INOVAÇÃO

Estão abertas as inscrições para a 5ª edição do *Prêmio Nacional de Inovação*, promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Negócios de todos os portes podem concorrer a R$ 900 mil e cursos de educação executiva. A inscrição pode ser feita pelo site do prêmio até o dia 15 de janeiro de 2017. Serão quatro modalidades: micro e pequenas empresas atendidas por Agentes Locais de Inovação (ALI), micro e pequenas empresas, médias e grandes empresas em gestão da inovação e uma categoria específica só para inovação, para empresas de qualquer porte. Os vencedores serão conhecidos no *Congresso Brasileiro de Inovação*, em junho de 2017. Mais informações no www.premiodeinovacao.com.br

Prêmio Nacional de Inovação
Edição 2016/2017

Foto: fizkes / Shutterstock.com

SESI RECEBE TRÊS PRÊMIOS POR CUIDADO LABORAL

O Serviço Social da Indústria (SESI) recebeu o *Prêmio Marca Brasil 2016* nas categorias de Ginástica Laboral, Medicina Ocupacional e de Serviços para a Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (SIPAT). A premiação é concedida pela revista Cipa e, desde a primeira edição, em 2006, a instituição foi premiada todos os anos em pelo menos uma das categorias. O SESI também foi a instituição mais lembrada em ginástica laboral, conquistando os prêmios de Top Absolute Marca Brasil e Top Max Marca Brasil.

IEL PROMOVE NOVO CURSO DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL) está com inscrições abertas para o curso de Relações Governamentais na Estratégia Corporativa, que será realizado entre os dias 28 de novembro e 1º de dezembro, em São Paulo. O evento, desenvolvido em parceria com a CNI, é voltado para profissionais que atuam com foco em relações governamentais, por meio de desenvolvimento de ações, tomadas de decisão e elaboração de estratégias corporativas. O investimento no curso é de R$ 5.100 e os interessados devem preencher um formulário no site do IEL. As vagas são limitadas.

Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

SENAI E RÚSSIA PLANEJAM CENTRO DE TREINAMENTO

O SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e a Agência de Assuntos Estratégicos da Rússia (ASI) assinaram, em 15 de junho, um memorando para iniciar a negociação para a instalação de um centro de treinamento tecnológico no país. Impressionada com o desempenho da equipe brasileira vencedora da WorldSkills 2015, em São Paulo, a direção da ASI convidou o diretor-geral do SENAI, Rafael Lucchesi, para discutir uma possível cooperação no preparo de competidores russos para a WorldSkills 2019, que será realizada no país, na cidade de Kazan.

Foto: asharkyu / Shutterstock.com

ESTADÃO SEDIA FÓRUM SOBRE RELAÇÕES DE TRABALHO

A CNI promoveu, em setembro, na sede do jornal O Estado de S. Paulo, o *Fórum Estadão Brasil Competitivo: Modernização das Relações de Trabalho*. O cenário trabalhista na Alemanha e na França e um comparativo com a realidade brasileira foram discutidos por juristas, empresários, sindicalistas, professores e operadores do Direito do Trabalho.

Foto: Allison Valentim

PARA EVITAR OS GASTOS E O APAGÃO

CNI PROPÕE PROGRAMA QUE ESTIMULA A INDÚSTRIA NACIONAL A APRIMORAR A EFICIÊNCIA NO USO DA ENERGIA

A participação da indústria, tanto a de transformação quanto a extrativa, no consumo total de energia do país ultrapassa 40%, de acordo com o Balanço Energético Nacional (BEN), divulgado neste ano. Trata-se de um peso que não se traduz na prática, por ora, em prioridade nos financiamentos e programas federais de apoio à redução desse gasto, conforme revelou estudo conjunto da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Programa Nacional de Conservação Energética (Procel), executado pela Eletrobras.

"Em uma indústria de alumínio, os gastos com energia podem representar até 40% dos custos de produção", explica Rodrigo Garcia, especialista em Políticas e Indústria da CNI. Investir em eficiência gera retorno para toda a sociedade. Segundo o estudo, "a economia que se obtém possibilita ao governo e ao empresário direcionar recursos para outras prioridades e agrega importantes ganhos sociais, ambientais e de competitividade".

O aprimoramento da eficiência no uso da energia deve ganhar novo impulso em breve. A Lei nº 13.203, de dezembro de 2015, determina que os investimentos do governo em eficiência energética priorizem iniciativas e produtos da indústria nacional. É uma necessidade, uma vez que o estudo da CNI mostrou que, em 13 setores industriais, 82% das oportunidades de economia de energia estão nos processos térmicos, que não são contemplados nos programas vigentes.

Em parceria com a Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia (Abrace), a CNI está desenvolvendo um projeto que visa a economizar e a modernizar procedimentos, com metas pré-estabelecidas. "O objetivo é melhorar em 5%, no prazo de dois anos de adesão ao programa, os indicadores de eficiência das empresas", adianta Rodrigo Garcia. O programa compreende tecnologia avançada, identificação de oportunidades de substituição de equipamentos, aquisição de conhecimentos e melhoria no gerenciamento de processos, "na linha de fazer mais com menos", enfatiza o especialista.

A parceria garante metodologia de trabalho, profissionais capacitados do país e do exterior e o treinamento de monitores. Entre os exemplos das práticas em execução, Garcia cita, na revisão de processos, a melhoria, por exemplo, na qualidade de combustão de fornos, e a utilização de ar comprimido e de vapor gerado pelas próprias indústrias. São medidas que visam, também, a adequar o parque industrial brasileiro às metas previstas no Plano Nacional de Eficiência Energética (PNEE).

Foto: stockphoto mania / Shutterstock.com

Meta é melhorar em 5%, nos próximos dois anos, os indicadores de eficiência das indústrias no uso de energia

ORDEM NA CASA

GOVERNO PROPÕE AJUSTE ESTRUTURAL NAS CONTAS PÚBLICAS PARA INTERROMPER A SÉRIE DE AUMENTOS NAS DESPESAS DA UNIÃO. NESTE RELATÓRIO ESPECIAL, A SECRETÁRIA DO TESOURO NACIONAL, ANA PAULA VESCOVI, EXPLICA A NOVA POLÍTICA FISCAL

Um diagnóstico realista e alarmante. Assim foi a apresentação da secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, na Reunião de Diretoria da Confederação Nacional da Indústria (CNI), no dia 27 de setembro. O retrato, por sua qualidade técnica e importância histórica, está reproduzido neste Relatório Especial.

O Brasil simplesmente não conseguirá recuperar a sua economia sem um ajuste fiscal duradouro, diz a secretária. "Viemos de um cenário onde as despesas obrigatórias cresceram 21% entre 1988 e 2015", destaca ela em defesa da PEC nº 241, que limita a correção dos gastos públicos do governo federal à inflação do ano anterior. Aprovada em dois turnos na Câmara dos Deputados, essa proposta, que conta com o apoio da CNI, ainda precisa ser votada no Senado Federal.

Nesta apresentação, Ana Paula Vescovi mostra que o ajuste estrutural das contas públicas é fundamental para o País e o governo recuperarem credibilidade, passo importante para retomar o crescimento econômico. A reorganização das finanças da União, contudo, é apenas o primeiro passo. O ajuste precisa chegar também aos Estados, hoje sem capacidade de investimento e, em muitos locais, sem dinheiro até mesmo para pagar em dia o salário dos servidores públicos.

Foto: ESB Professional / Shutterstock.com

Foto: Valter Campanato / Agência Brasil

Ana Paula Vescovi, secretária do Tesouro Nacional, explica a nova política fiscal

"Nossa conversa hoje começa por uma descrição da situação fiscal do país. Por que começar por aqui? Estamos todos envolvidos numa crise, que é a mais severa da nossa história, indubitavelmente. Desde quando passamos a ter registros do PIB (Produto Interno Bruto), nunca foi constatada queda consecutiva tão acentuada como agora, em 2015 e 2016. Estamos todos percebendo e sentindo esses efeitos.

A queda do PIB, que está entre 7% e 8% no acumulado em dois anos, e a perda de 10% da renda per capita no Brasil, representam muito para um país em desenvolvimento. Por que começamos a falar sobre a situação fiscal? Porque ela é o centro da crise. Houve uma deterioração fiscal muito forte, agora mais claramente percebida, que nos levou a uma perda de confiança. Perdemos o grau de investimentos e isso nos custou muito, principalmente aos 12 milhões de desempregados no Brasil. Várias pessoas que hoje entram no mercado de trabalho estão sem oportunidade, além de haver pessoas em estado de vulnerabilidade e com menos proteção do que tinham no passado.

Então é isso: desequilíbrio fiscal custa muito para um país. Portanto, nós precisamos reaver esse equilíbrio fiscal para termos condições de voltar a crescer. Não há outra solução para o Brasil. O país não conseguirá recuperar sua economia sem se reequilibrar, sem consolidar sua condição fiscal. Sem um ajuste fiscal duradouro e persistente, nós não teremos como recobrar a confiança e voltar a crescer. Isso é algo inexorável, do qual não escaparemos nos próximos anos. Então depende de nós, sociedade brasileira, termos consciência e fazermos o que precisa ser feito. E o que precisa ser feito não é fácil. É o certo, mas não é fácil.

Temos uma situação em que as despesas obrigatórias crescem muito no período recente e as despesas discricionárias já estão extremamente contidas. Não temos mais como cortar gastos discricionários, aqueles que nós escolhemos. Previdência Social, pessoal e obrigações do governo crescem num ritmo acelerado. Paralelamente a isso, as receitas perdem o seu dinamismo. Houve uma queda de receita administrada desde 2011, que já atinge quase três pontos percentuais do PIB. Nossa receita perdeu o tônus porque a economia perdeu também o seu vigor. Dito isso, não temos, aqui, espaço para fazer o que fazíamos tempos atrás em termos de ajuste fiscal.

No passado, num cenário diferente, bastava formar um conjunto de técnicos, selecionar uma lista de medidas, aumentar alguns impostos, reduzir o volume de investimentos, cortar mais algumas despesas discricionárias e estava feito um ajuste de um, dois, até três pontos percentuais do PIB. Não temos mais esse espaço. Não temos mais como contrair as despesas discricionárias. Isso significa que o ajuste, agora, passa por mexer nessas despesas que são obrigatórias. Basicamente, nós estamos falando em conter gastos e levar a sociedade a crer que a escolha pública de gastos tem as suas permutas. Ou seja, para você aumentar um programa tem de abrir mão de outro ou reduzi-lo. Essas escolhas precisam ser feitas e isso tem de estar muito presente no Congresso, na sociedade: o setor público e o governo não podem tudo. Temos limites, sim.

Viemos de um cenário em que as despesas obrigatórias cresceram 21% entre 1988 e 2015, acima de qualquer outro indicador, quer seja a inflação quer seja o crescimento do RGPS (Regime Geral de Previdência Social), quer seja pessoal ou a despesa geral. Isso acontece desde a Constituição de 88, a partir de quando todos os presidentes que passaram pelo governo deixaram um nível de despesa maior do que encontraram. Qualquer que seja o presidente ou sua corrente política, isso é absolutamente verdadeiro e precisa ser revertido.

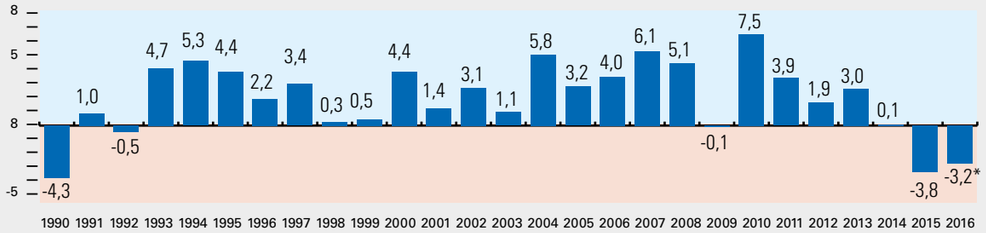
Essa é uma questão que não toca somente o governo federal. Nos anos 2000, por exemplo, tivemos um ciclo de prosperidade muito forte e um aumento de receita, o que também trouxe aumento de despesas obrigatórias nos entes subnacionais. O problema é que estamos, agora, num ciclo contracionista, com as receitas em queda. Não temos como ajustar as despesas obrigatórias que vieram para ficar, e isso explica bastante os desequilíbrios que estamos vivendo no período recente.

Enquanto a despesa de pessoal da União fica estável em relação à inflação, principalmente desde 2009, a despesa de pessoal dos estados cresce de uma forma vigorosa,

> *"Nós precisamos reaver o equilíbrio fiscal para termos condições de voltar a crescer. Não há outra solução para o Brasil."*

O PIB BRASILEIRO REGISTRA SUA PIOR RETRAÇÃO EM DOIS ANOS, COM QUEDA ACUMULADA DE ALGO ENTRE 7% E 8%...

PIB (crescimento anual, em %)

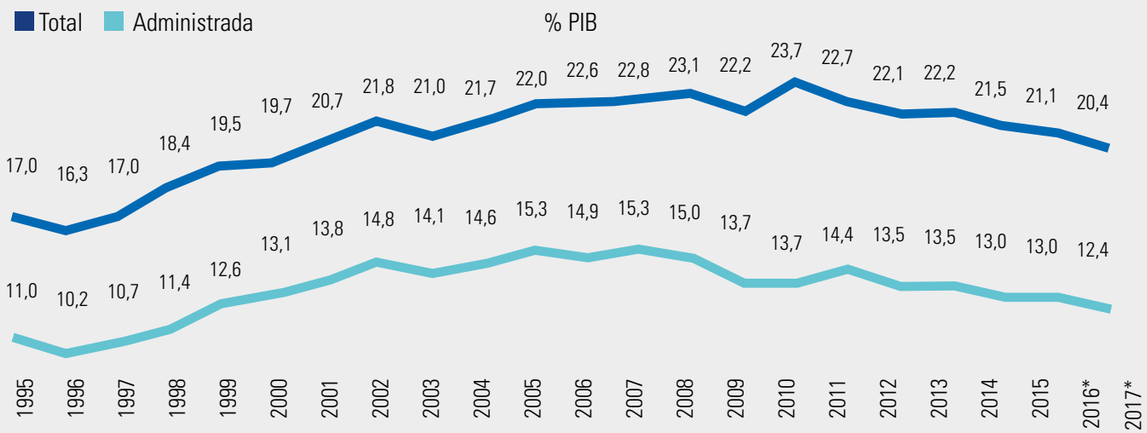


Fonte: IBGE, elaboração GEPEC/COGEP

* Estimativa do mercado financeiro/Pesquisa Focus-BC

...A CRISE ECONÔMICA FOI ORIGINADA E POSTERIORMENTE AGRAVADA PELA DETERIORAÇÃO FISCAL, COM DIMINUIÇÃO DAS RECEITAS TOTAL E ADMINISTRADA...

Receita Total e Administrada



Fonte: STN

* Estimativa

principalmente naqueles que não conseguem, sequer, honrar com sua folha de pagamentos. Lembro que os gastos discricionários já vêm sendo contidos desde 2015 por uma política de curto prazo que não foi bem sucedida. E por que falo isso? Nesse ano, em 2016, estamos pagando dívidas acumuladas do ano passado.

O que fizeram foi cortar o orçamento, mas a despesa ficou. Isso precisa ser bem entendido no setor público: o que precisa ser cortado é o programa, a despesa e o tipo de despesa pública. Não adianta cortar o orçamento porque a despesa fica e o orçamento não dá conta dela, o que acumula dívidas. Vou dar dois exemplos:

1) O Brasil avançou muito sua participação em organismos internacionais, entrou numa quantidade enorme de novos organismos e não pagou a conta. Estamos, esse ano, com uma dívida de R$ 6 bilhões com organismos internacionais acumulada desde 2012.

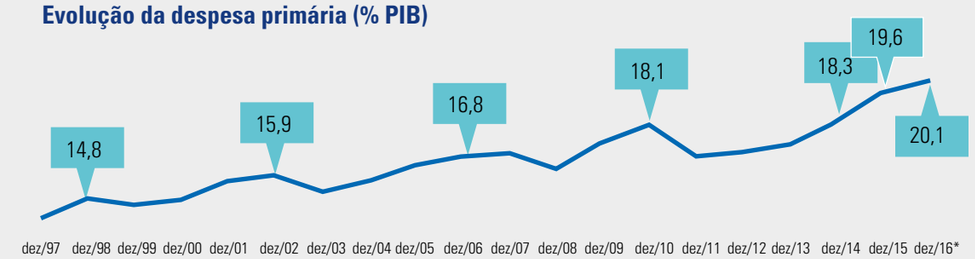
2) Tarifas bancárias: o governo abriu uma série de programas novos, todos eles repassados por bancos e não pagou as tarifas. Estamos com uma dívida de R$ 3 bilhões só de tarifas bancárias que vêm desde 2012. Vamos pagar todas nesse ano.

> *"Nos últimos dois anos, a dívida pública cresceu 14 pontos percentuais do PIB. Se permanecer nessa velocidade, para onde nós vamos?"*

Portanto, não adianta mais fazer ajuste fiscal de curto prazo no Brasil. Precisamos rediscutir programas e enfrentar as regras que nos engessam e estabelecem um crescimento autônomo das despesas permanentes e obrigatórias.

...ENQUANTO AS RECEITAS CAÍRAM, A DESPESA PRIMÁRIA DO GOVERNO FEDERAL SUBIU FORTEMENTE NOS ÚLTIMOS ANOS, PARA CERCA DE 20% DO PIB...

Evolução da despesa primária (% PIB)

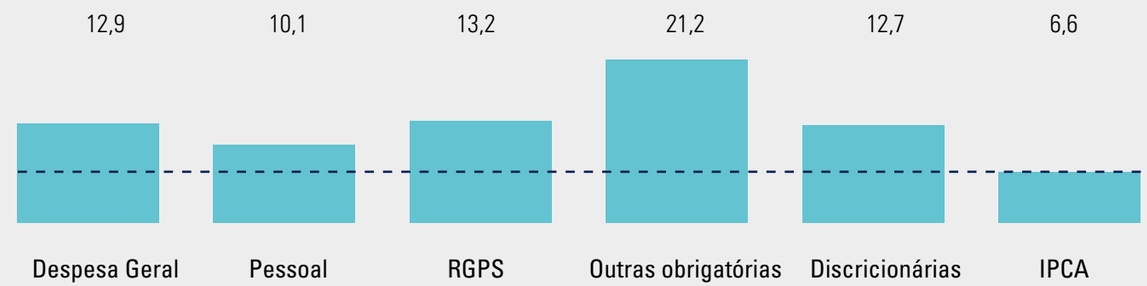


Fonte: STN

* Estimativa

...A MAIORIA DOS GASTOS TEVE UM CRESCIMENTO REAL, ISTO É, ACIMA DA INFLAÇÃO...

Crescimento médio das despesas e inflação (%, 1998-2015)



- A maioria dos gastos teve um crescimento real (acima da inflação)
- Os gastos primários tiveram uma trajetória persistente de alta nos últimos anos

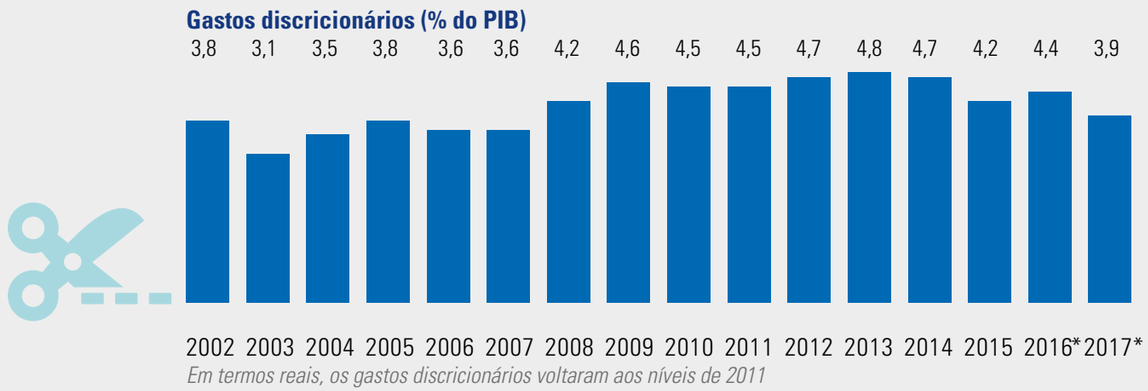
Quando falamos em aumento de despesas, devemos considerar, também, os diversos programas que foram criados muito recentemente, como o PSI (Programa de Investimentos do BNDES), Minha Casa, Minha Vida ou o programa de energia elétrica que reduziu em 20% a conta de luz, feito por meio de uma medida provisória ainda hoje muito contestada; temos também a desoneração da folha de pessoal. Esses programas começaram com subsídios somados de R$ 5 bilhões, em 2009, e chegaram a uma conta de R$ 100 bilhões em 2015.

Começamos a reduzir, a equacionar esses valores e já estamos em R$ 56 bilhões. Reduzimos à metade nesse ano, mas a conta ainda é muita coisa. Qual a reflexão aqui: esses programas são meritórios ou não? Primeiro temos de fazer uma avaliação de impacto, de qual foi o resultado efetivo. O PSI aumentou o nível de investimentos no país? É uma pergunta a ser respondida. O Minha Casa, Minha Vida aumentou o nível de investimentos no setor, reduziu o déficit habitacional? É uma pergunta. A redução de 20% na tarifa de energia elétrica melhorou a competitividade do país? É uma pergunta.

Essas perguntas precisam ser respondidas com avaliação do seu impacto, com dados técnicos. E a sociedade precisa enfrentar seus resultados, sejam eles positivos ou negativos. O que a gente não pode é deixar de avaliar um custo de R$ 100, R$ 50 bilhões para o orçamento, que poderia sim ser gasto em algo mais importante ou mesmo melhorar a solvência do setor público e impedir que estejamos no cenário em que estamos hoje. E qual é esse cenário? Nesse ano vamos fazer um déficit de R$ 170 bilhões somente no governo central. Isso é muito, é 2,7% do PIB.

Nos últimos dois anos, a dívida pública cresceu 14 pontos percentuais do PIB. Se permanecer nessa velocidade, para onde nós vamos? Vamos direto para os anos 1980, com inflação

...COM ISSO, O ESPAÇO NO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO PARA CORTAR GASTOS DISCRICIONÁRIOS VOLTOU A DIMINUIR...

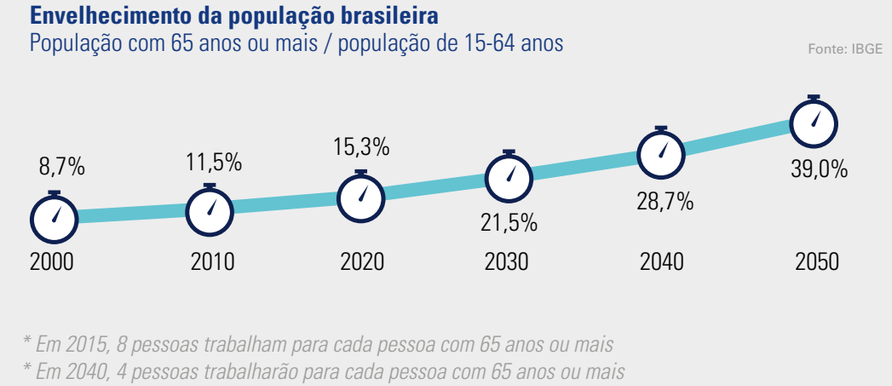


...MULTIPLICOU-SE POR 20 VEZES EM POUCOS ANOS AS DESPESAS COM SUBSÍDIOS, NOVOS PROGRAMAS E DESONERAÇÕES, COM GRAVES CONSEQUÊNCIAS ÀS FINANÇAS PÚBLICAS...

Despesas com subsídios, novos programas e desonerações (valores correntes em R$ bilhões)

Ano	Subsídios	CDE	Minha Casa Minha Vida	Desoneração da folha	Total
2009	5,2				5,2
2010	8,0		1,6		9,6
2011	10,5		7,7		18,2
2012	11,3		11,3	1,8	24,4
2013	10,1	7,9	14,2	9,0	41,2
2014	9,0	9,2	17,5	18,1	53,8
2015	53,5	1,3	20,7	25,4	100,9
2016	30,3	0,3	6,5	18,9	56,0

...TUDO ISSO EM MEIO A UMA MUDANÇA ESTRUTURAL DO PERFIL DEMOGRÁFICO BRASILEIRO, QUE ESTÁ ENVELHECENDO E COBRARÁ CADA VEZ MAIS CARO A CONTA PREVIDENCIÁRIA...



alta, contas em descontrole total, governo que provavelmente não vai conseguir manter uma boa interlocução com a sociedade e um desalinhamento completo, como já vivemos no passado. E acredito que nenhum brasileiro, absolutamente nenhum, queira isso. Então nós convergimos, essa é a grande vantagem da crise: convergimos para que o Brasil volte a crescer.

E um grande problema estrutural é a Previdência, que, às vezes, é confundida com um mero problema de ajuste fiscal. Nós vamos fazer, neste ano, um déficit de R$ 150 bilhões, e no ano que vem vai para R$ 170, R$ 180 bilhões. Se não fosse o déficit da Previdência em 2017, estaríamos equilibrados. Então ela é um problema de regras. E regras são escolhas da sociedade. Nós estamos falando de pessoas que se aposentam muito cedo e que não são as mais pobres. As mais pobres não têm uma constância dentro do mercado de trabalho. Elas não têm um emprego estável, permanente, ficam trocando de emprego e, com isso, têm dificuldade de comprovar e atestar o seu tempo de Previdência, o que faz com que se aposentem aos 70 anos, no limite. Os mais pobres não têm uma estabilidade dentro do mercado de trabalho e nem facilidade de comprovar seu tempo de contribuição.

A Previdência hoje, no Brasil, defende os mais protegidos, os que têm mercado de trabalho, os que têm um emprego garantido, mesmo que no setor privado. Nós precisamos mudar essa regra. Hoje temos 12% da população acima de 65 anos. Em 2050 nós seremos 40%. Então é insustentável a gente continuar pagando essa conta. O Brasil ainda tem uma situação onde, quando a gente compara a razão de dependência das pessoas ativas com aquelas que já estão retiradas do mercado de trabalho e o quanto pagam em despesas previdenciárias, a nossa conta de despesa previdenciária é muito maior comparativamente a quem tem a mesma razão de dependência. Somos um caso à parte e nossas regras estão fora do padrão internacional.

> *"Hoje o Tesouro Nacional é uma instituição acima de tudo conservadora e preocupada em cumprir a meta."*

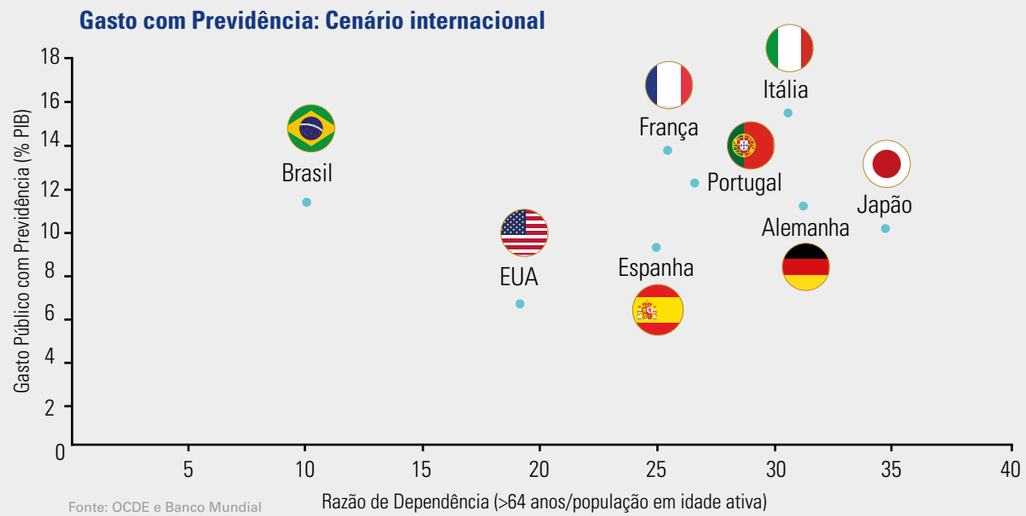
Estamos muito distantes do padrão da OCDE em termos de regras previdenciárias. Se nada fizermos, até 2060 teremos de ter uma carga tributária 10 pontos de percentagem maior só para pagar a Previdência. E aí a pergunta que fica: isso leva a um aumento de produtividade na economia? Provavelmente não. Nós estaremos, lógico, apoiando um conjunto de pessoas que já se retiram do mercado de trabalho, mas isso vai tirar muita oportunidade dos mais jovens, vai tirar muita capacidade de o Brasil crescer. Temos de fazer alguma coisa.

O que o governo está propondo? Antes da primeira proposta, temos de falar o seguinte: o governo mudou, mudou o seu diagnóstico, não temos mais o mesmo diagnóstico do governo passado e acreditamos que o problema fiscal é o centro disso tudo e impede o crescimento. E demonstramos o tamanho da crise. Fomos a público dizer que, neste ano, faremos um déficit de R$ 170 bilhões e que não tem folga na meta. O trabalho do Tesouro Nacional está sendo muito prudente e estamos mudando com pequenas regras a cultura de uma instituição que, durante sete anos, esteve submetida a uma outra lógica de pensamento na área de política fiscal. Hoje o Tesouro Nacional é uma instituição acima de tudo conservadora e preocupada em cumprir a meta. Cumpriremos a meta desse ano, não tergiversamos sobre isso e a meta é uma só, não será modificada, não terá desconto, não haverá contabilidade criativa, não haverá nada disso.

Depois de demonstrar o tamanho da crise, apresentamos duas propostas básicas. Uma delas está no Congresso, que é a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) do teto de gastos, que não reduz os gastos públicos. Ela tem um pressuposto: dado o tamanho da crise, nós não conseguiremos fazer o ajuste fiscal de um ano para o outro. Me causava surpresa quando cheguei ao governo e que as pessoas ainda acreditavam que seria possível equilibrar as contas de um ano para o outro. Como você equilibra uma conta de R$ 170 bilhões? Não tem como. Porque boa parte dessa conta você já tomou por despesas obrigatórias. Não tem esse espaço. Nós demoraremos três, quatro anos para eliminar o déficit e eliminá-lo não basta. Precisaremos fazer um superávit primário para que a dívida seja estabilizada.

Nosso cenário é estabilizar a dívida entre 2021 ou 2022 e

...JÁ ESTAMOS GASTANDO COM PREVIDÊNCIA PRATICAMENTE O MESMO QUE ECONOMIAS DESENVOLVIDAS, TENDO NO BRASIL UMA POPULAÇÃO APOSENTADA AINDA MUITO MENOR...



Fonte: OCDE e Banco Mundial

aí ela começa a decrescer e vai chegar a um patamar de 80%, 80 e poucos por cento do PIB. É muito para um país em desenvolvimento. O que nós conseguimos com isso? Fazer o mercado acreditar que consolidaremos o ajuste fiscal ao longo do tempo. É gradual, mas tem de ser persistente e tem de durar muito tempo, pelo menos dez anos. Essa é a nossa proposta. A PEC do teto de gastos é isso: uma forma de antecipar, hoje, os benefícios de uma credibilidade maior na política fiscal, indicar que vai haver uma disciplina no Brasil capaz de, em alguns anos, estabilizar a dívida pública e, em mais algum tempo, voltar a reduzi-la para patamares condizentes com o nosso desenvolvimento. Essa é a PEC do teto de gastos, que limita seu crescimento ao nível do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

Ninguém está cortando ou reduzindo gastos. Vai haver uma estabilidade em termos reais dos gastos por dez anos e depois uma lei complementar poderá rever o teto para os dez anos seguintes. Essa é uma disciplina mínima que nós temos de conduzir no Brasil. Vai tirar dinheiro dos programas sociais? Não vai. Aí depende da nossa escolha. O que vai acontecer é que o Congresso Nacional será o protagonista das escolhas da sociedade. Na hora de defender um programa, de fazer um programa novo, ele saberá que terá de descontinuar outro ou terá de fazer uma avaliação do impacto de outros programas, e vai ter que, sim, rever outras alternativas. Nós vamos exercer um papel que deveria ser exercido naturalmente, que é o conhecimento de uma restrição orçamentária.

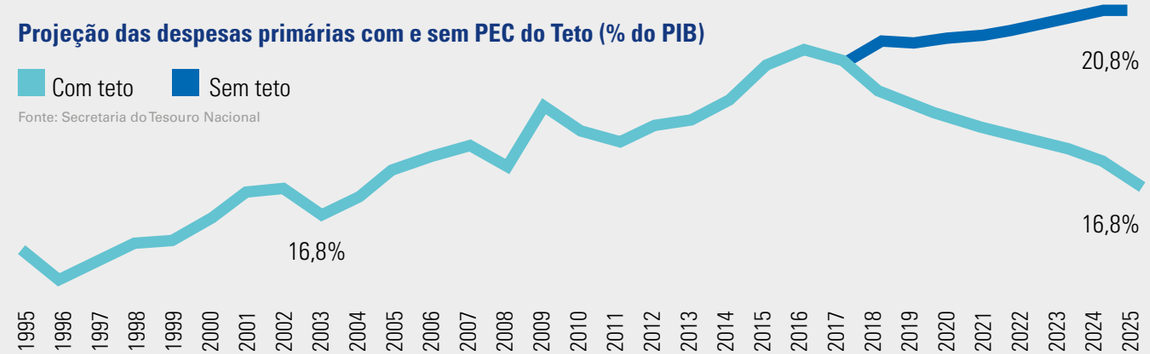
O governo não pode tudo. E para fazer uma coisa a mais, uma outra coisa tem de deixar de ser feita. Acho que a discussão da sociedade vai ficar muito mais sincera do que foi no passado, quando a prosperidade nos deixou acreditar, e foi um engano, que, sim, poderíamos fazer tudo. Se nada for feito, os gastos tendem a convergir para 20, 21% do PIB nos próximos anos. Com a PEC do teto de gastos, a gente pode reduzir esse número em três, quatro pontos. Isso é menos pressão sobre a dívida, sobre a inflação e sobre a carga tributária. No cenário apresentado na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), a dívida vai a 80% com a PEC do teto de gastos. Sem a PEC, a dívida vai a mais de 80% do PIB e, no orçamento do ano que vem, já aplicamos a regra prevista na PEC, limitando as despesas pela inflação do ano anterior.

> *"O governo não pode tudo. E para fazer uma coisa a mais, outra tem de deixar de ser feita. Acho que a discussão da sociedade vai ficar muito mais sincera do que foi no passado."*

...A ESTIMATIVA É QUE AS DESPESAS COM O REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL MAIS DO QUE DOBREM ENTRE 2016 E 2060...

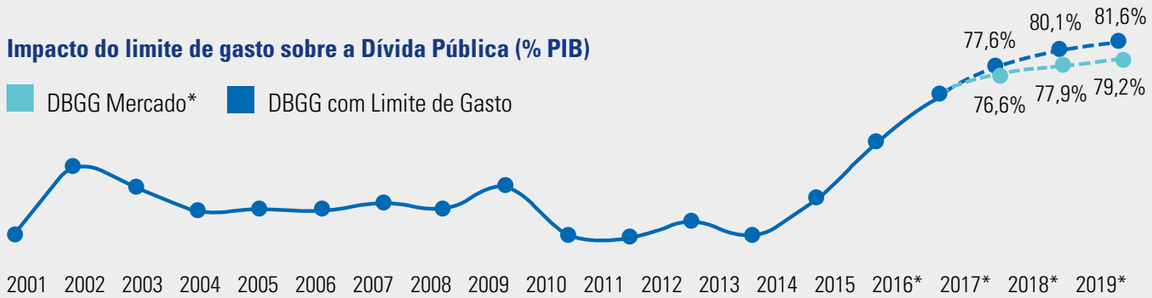
Fonte: LDO

...NESSE CONTEXTO É FUNDAMENTAL APROVAR A PEC DO TETO DE GASTOS: COM ELA MANTEREMOS AS DESPESAS PRIMÁRIAS EM 16,8% DO PIB ATÉ 2025, SEM ELA AS DESPESAS CHEGARÃO A 20,8% DO PIB...



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

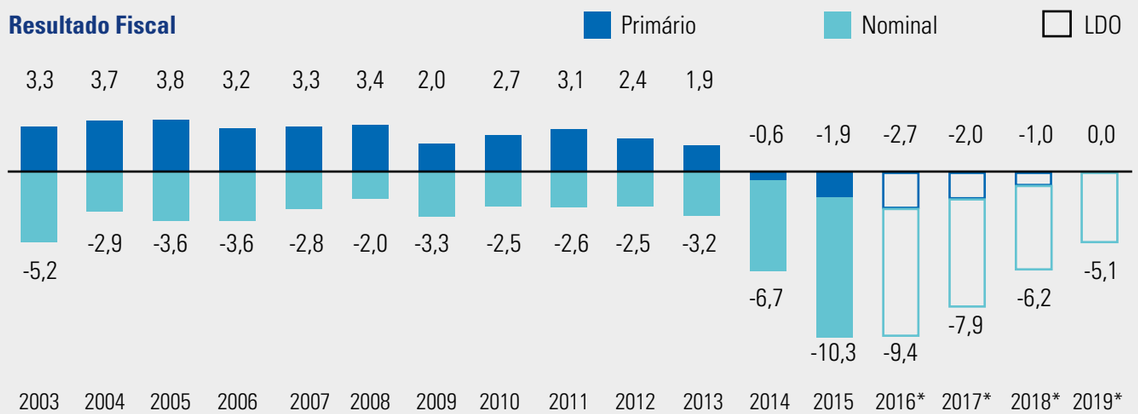
...A PEC TAMBÉM VAI MUDAR A TRAJETÓRIA DO AUMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA, QUE CRESCEU DE MODO MUITO PREOCUPANTE NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS...



- **Uma parte significativa da DBGG foi impactada por:**
  - 1.Empréstimos para Bancos Públicos -> Essa política foi extinta em janeiro de 2015 -> Representa 9,6%PIB
  - 2.Operações Compromissadas -> Emitidas para controle do excesso de liquidez resultante da compra de reservas -> Representa 20,8%

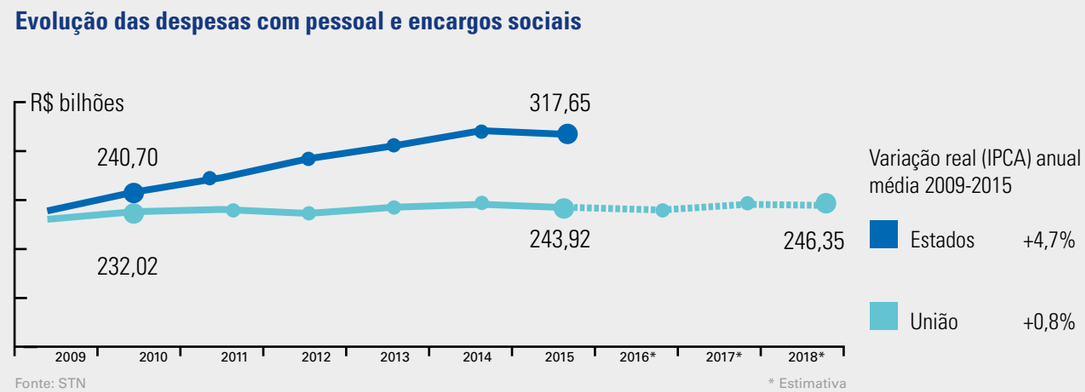
Fonte: Banco Central / Projeções de 2016 a 2019: LDO 2017
*As projeções utilizam um crescimento real do PIB igual a -3,1%, 1,2%, 2,5% e 2,5% em 2016 , 2017, 2018 e 2019 respectivamente.
** Estas projeções serão atualizadas nos próximos meses.

...A PEC ASSEGURA QUE O GOVERNO FEDERAL RETOMARÁ UMA TRAJETÓRIA DE CONTROLE DE SUAS CONTAS, DANDO RESPONSABILIDADE E PREVISIBILIDADE AO SEU COMPORTAMENTO FISCAL...



Fonte: Banco Central / Projeções de 2017 a 2019: LDO 2017 / Mercado: Relatório Focus 23/09/2016.
• As projeções utilizam um crescimento real do PIB igual a -3,0%, 1,2%, 2,5% e 2,5% em 2016, 2017, 2018 e 2019 respectivamente.

...O QUE NÃO ESTÁ CONTEMPLADO PELA PEC É UM AJUSTE ESTRUTURAL NAS CONTAS DOS ESTADOS, CUJA SITUAÇÃO É MUITO GRAVE. AS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS, POR EXEMPLO, AUMENTOU NOS ESTADOS ENQUANTO ESTEVE SOB CONTROLE NA UNIÃO...



Fonte: STN
* Estimativa

A despesa com pessoal dos Estados apresenta padrão distinto da despesa da União

Essa convergência será gradual, mas nosso objetivo é chegar a um superávit primário capaz de estabilizar a dívida pública no Brasil, o que deverá acontecer em 2021 ou 2022.

A segunda proposta, de reforma da Previdência Social, deve ser encaminhada ao Congresso em novembro. É uma proposta muito densa, muito complexa e ainda estamos discutindo os pontos finais, mas o Brasil provavelmente, nos próximos meses, deverá se confrontar com escolhas muito difíceis e um diálogo muito importante com a sociedade. Por que eu friso isso? Não existe mais ajuste fiscal dentro da área econômica do governo, não existe mais ajuste fiscal dentro do governo. O ajuste fiscal, hoje, está na rua, está na sociedade. Se não formos capazes de defender medidas que ajustem as contas públicas no Brasil, não conseguiremos ecoar dentro do Congresso a importância dessas medidas. Se formos, cada um de nós, defendermos os nossos próprios interesses, ou dos grupos ou individuais, o Brasil não vai a lugar nenhum. O Brasil só consegue sair da crise se tivermos agora, nesse momento, um pensamento coletivo. E essa é uma mudança importante, de drive, em relação à agenda adotada nos últimos anos.

A situação dos estados é um exemplo disso de que estou falando. A crise dos estados é estrutural e vem de um aumento muito grande de despesas obrigatórias, especialmente salários, num período recente, e a Previdência está aí incluída. O déficit previdenciário, aquele coberto pelos tesouros estaduais, cresceu 64% em cinco anos. É muito. Imagine isso numa empresa: uma despesa que não te traz retorno em termos de receita, não te traz rentabilidade, mas é uma despesa crescente e você precisa fazer frente a ela. É o que está acontecendo com os estados. Nós também temos, aqui, uma situação desfocada e muito diferente do padrão internacional. Mas também as despesas com folha de pagamento nos estados aumentaram muito. Tínhamos aqui, em 2009, a preços atualizados, R$ 235 bilhões de valor da folha de pagamento dos estados. Isso saltou para R$ 327 bilhões.

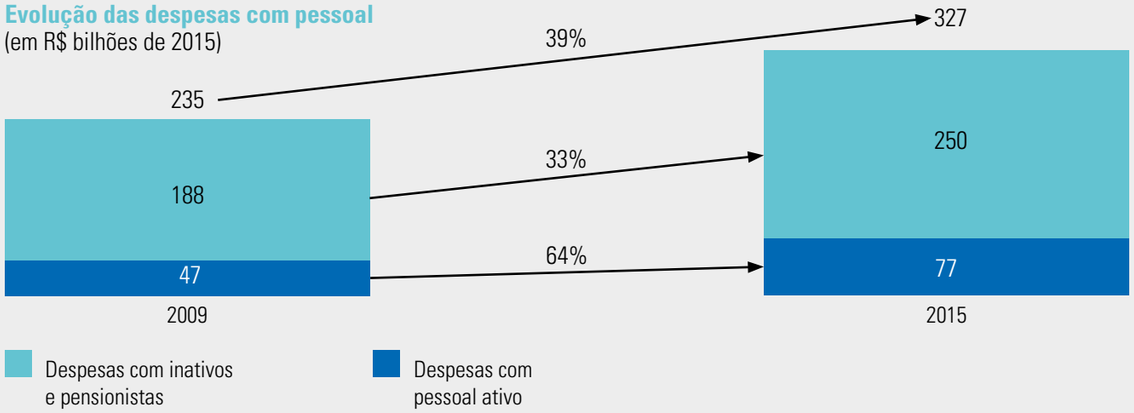
Para se ter uma ideia, se existisse uma PEC do teto de gastos dos estados em 2011, eles estariam, hoje, com uma sobra de caixa de R$ 100 bilhões, provavelmente para entregar à sociedade, investir em obras e entregar escolas e outros investimentos, mas hoje os estados estão sem caixa, numa situação deplorável. São os aumentos salarias e as medidas tomadas nos últimos anos que explicam grande parte desses desajustes. E digo isso porque não houve aumento quantitativo de servidores ativos nos estados. Talvez uma reposição de inativos. O que houve foi um crescimento da folha de inativos e um aumento extraordinário da folha de salários. Só no Rio de Janeiro isso foi 50% acima da inflação. Houve categorias com aumento salarial de 80% e por aí foi. Essa é a força das corporações e isso não tem mais espaço para acontecer.

O setor público, hoje, não tem nem incentivos nem instrumentos para poder defender ganhos de produtividade naquilo que faz. O setor público tem de começar a entender a agenda da inovação, da gestão e do ganho de produtividade. Temos de colocar esses incentivos na mesa. Não é dando auxílio que se vai resolver o problema dos estados. Há um outro problema

...A CRISE FISCAL DOS ESTADOS É ESTRUTURAL...

A despesa com pessoal é tomada majoritariamente por pagamentos de aposentadorias e pensões

Evolução das despesas com pessoal
(em R$ bilhões de 2015)



Fonte: PAF

...EM MÉDIA, A DESPESA PREVIDENCIÁRIA DOS ESTADOS BRASILEIROS É O DOBRO DA ARRECADAÇÃO DE SEUS REGIMES PRÓPRIOS...

Relação despesa/arrecadação previdenciária anual de RPPS dos estados brasileiros: 2013

Estados	
Média	2,01
Maior	3,39 (RJ)
Menor	0,04 (RR)

além da folha de pessoal. Com a Lei de Responsabilidade Fiscal, os estados têm um limite para gastos com pessoal. E as pessoas me perguntam: mesmo assim eles não conseguem pagar os salários? E respondo que sim, que é isso mesmo. Os estados cumprem, mas não conseguem pagar a folha de salários. E isso tem uma explicação. Eles cumprem mas desviam. Os tribunais de contas estabelecem regras peculiares, praticamente uma para cada estado. São 27 realidades diferentes para apurar despesas com pessoal. Não existe uma coordenação, uma governança capaz de uniformizar a própria regra prevista na lei. A Lei de Responsabilidade Fiscal foi enfraquecida, desviada e vilipendiada nesses anos todos. E agora precisamos de um esforço muito grande para fortalecê-la. No que depender do Tesouro, nós já estamos fazendo isso.

O serviço da dívida não é um problema para os estados. Ele ficou estável nos últimos anos em relação à inflação, crescendo muito pouco, no ritmo de crescimento da economia. A folha de pagamentos é, sim, o maior problema, a maior despesa e onde está o maior entrave é a falta de flexibilidade para o ajuste das contas estaduais. Também os limites das dívidas foram burlados com a ajuda de vários segmentos da sociedade. Os números que temos mostram, para 2013, concessões de crédito de R$ 37 bilhões e R$ 16 bilhões para 2014 no diz respeito a concessão de crédito feita por estados que não tinham condições para tomar crédito. Estados com nota C e D. Aí estavam Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e vários outros. O Rio de Janeiro tomou várias operações de crédito e agora o Tesouro executa, mês a mês, o que eles não conseguem pagar.

Isso foi feito entre 2012 e 2014 largamente e o número de concessões de crédito para os estados que tinham condições de pegar empréstimos foi até inferior. Em um ano, o governo

...O CRESCIMENTO DA FOLHA DE SALÁRIOS NOS ESTADOS E NO DF TÊM OCUPADO MAIS DA METADE DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DOS GOVERNOS, REDUZINDO ESPAÇO PARA INVESTIMENTOS E PROGRAMAS SOCIAIS...

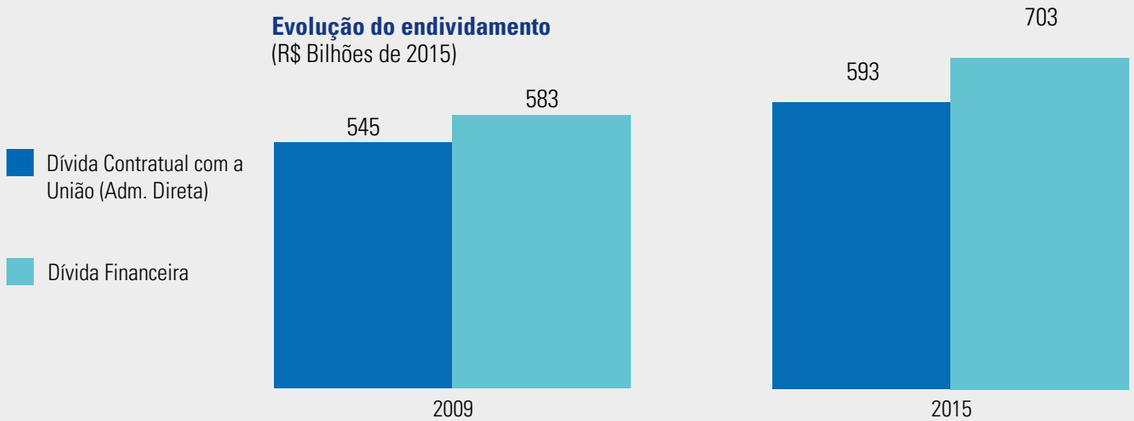
Gasto com pessoal / RCL

	Dados declarados no RGF	Dados do PAF
AC	58%	58%
AL	52%	57%
AM	57%	54%
AP	51%	59%
BA	58%	58%
CE	55%	53%
DF	50%	64%
ES	54%	52%
GO	50%	64%
MA	54%	50%
MG	58%	78%
MS	44%	73%
MT	60%	60%
PA	54%	57%
PB	62%	64%
PE	56%	53%
PI	53%	58%
PR	51%	62%
RJ	42%	63%
RN	57%	57%
RO	56%	56%
RR	55%	60%
RS	59%	71%
SC	58%	57%
SE	48%	55%
SP	54%	53%
TO	64%	58%

...O GASTO COM PESSOAL, QUE EM 2009 JÁ ERA CINCO VEZES SUPERIOR AO SERVIÇO DA DÍVIDA DOS ESTADOS, PASSOU A SEIS VEZES EM 2015...

Despesa com pessoal nos Estados cresceu aceleradamente
Gastos com pessoal / serviço da dívida

...OS ESTADOS E O DF TIVERAM AUMENTO DE SUA DÍVIDA CONTRATADA COM A UNIÃO, MAS AUMENTO AINDA MAIOR EM SUA DÍVIDA FINANCEIRA...



Fonte: PAF

- A maior parte da dívida financeira dos estados é com a
- União, originadas na substituição das dívidas em poder público por títulos federais (Lei 9.496/97).
- De 2007 a 2014 houve novo ciclo de endividamento nos estados.
- O aumento real de 21% da dívida a partir de 2009: concessão acelerada de novas operações de crédito garantidas pela
- União, em especial com bancos oficiais e organismos multilaterais.
- Operações foram excepcionalizadas dos limites (PAC, Copa do Mundo, Olimpíadas, Profisco, etc).

- Limites da LRF para endividamento são muito altos
  - 11,5% da RCL para comprometimento com serviço da dívida
  - 16% da RCL para receitas de recursos com operações de crédito no exercício
  - 2 x RCL para a dívida consolidada
- Cálculo do comprometimento de receitas (CAED) foi alterado pelo Senado Federal (resolução 43), relaxando ainda mais os limites.

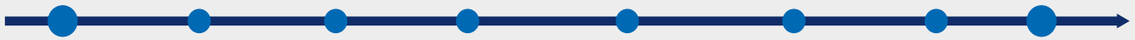
chegou a conceder R$ 60 bilhões em operações de crédito para os estados. Isso desequilibra, até porque não era a dívida que hoje gera insuficiência para os estados. É porque eles pegaram os seus recursos próprios para investir, trocaram, usaram a operação de crédito e, com os recursos livres, deram aumentos salariais e fizeram aumento de despesas obrigatórias. Hoje eles não têm caixa livre para investir, estão dependentes de operações de crédito e não têm mais condições de tomar. É isso que está acontecendo. E o pior disso tudo é que as receitas de operações de crédito subiram muito nesses últimos anos, mas o investimento caiu. Ou seja, o investimento não foi sustentado com essa ação deliberada de promover o endividamento dos entes subnacionais, assim como não foi no Brasil.

Em relação à renegociação das dívidas, nós renegociamos com base em liminares concedidas pelo STF (Supremo Tribunal Federal). Essa é uma agenda que foi inexorável e hoje se abre outra frente de discussão sobre a falta de equidade dessa renegociação, que eu volto a falar, foi pautada pelo STF, que imprimiu ao Tesouro um custo mensal de R$ 3 bilhões. Então, a cada mês, se nada fosse feito, as liminares do STF nos custariam R$ 3 bilhões. A renegociação veio para aliviar essa conta. E foi feita na medida do possível, dentro de um acordo negociado com vários atores, cada um com uma característica diferente.

Os estados hoje vêm alegando que essa renegociação não foi suficiente. E sim, foi uma renegociação que trouxe alguma inequidade. Há de se reconhecer que, nesse processo, foram os estados mais endividados os mais beneficiados, mas aqui precisamos chamar atenção para a saída da crise. O que vai levar os estados a saírem da crise? Essa é a grande pergunta que tem de ser respondida. Não é levar aqueles que não

...HÁ QUASE 20 ANOS, EM 1997, A UNIÃO OFERECEU UM REFINANCIAMENTO DAS DÍVIDAS ESTADUAIS, CUJO ACORDO NÃO FOI CUMPRIDO EM MUITOS CASOS...

Renegociação da dívida dos estados



1997: Lei nº 9.496 - União refinancia a dívida dos estados - prazo de **360 meses** e juros que variam de **6% a 9% + IGP-DI**

2014: LC 148 - União **altera encargos** dos contratos de refinanciamento da dívida dos estados e **concede descontos** nos saldos devedores

2015: Decreto 8.615 (regulamento a LC 148) - aplica o novo indexador a partir de 1º/01/2013 - menor variação **entre IPCA + 4%** e a taxa SELIC

2016 (22/03): PLP 257 - proposta de alongar o pagamento da dívida dos estados com a União em 20 anos + redução de até 40% na prestação por 24 meses

2016 (07/04): STF concede limiar a alguns estados para realizarem o pagamento da dívida com a União acumulada por **juros simples** ao invés de compostos

2016 (27/04): No julgamento, STF concede 60 dias de prazo para que estados e governo federal cheguem a um **acordo** para solucionar o impasse

2016 (20/06): Governo Federal chega a um acordo com governadores - Substitutivo do PLP 257

2016 (1º/07): STF adapta liminar nos termos do acordo firmado pela União e os estados

Fonte: STN

estão superendividados para o abismo porque eles querem uma situação mais igualitária frente àqueles que estão superendividados e em insolvência fiscal quase plena. Então precisamos ter muita consciência de que, mesmo que tenhamos algum espaço para conceder operações de crédito, o Tesouro só irá conceder para aqueles estados que podem efetivamente tomar esse crédito. A regra da reponsabilidade e da prudência está presente e isso é importante.

Para terminar, é o que nós acreditamos ser uma saída da crise para os estados, para nós todos, para as empresas e os investidores. Primeiro, nós temos duas agendas que se coadunam e se integram: a consolidação fiscal e a agenda da recuperação da produtividade. O Brasil tem de voltar a ter ganhos de produtividade, a ter eficiência e a gastar os seus recursos de forma mais eficiente. Não é porque as commodities estiveram com preço altíssimo no passado que nós poderíamos nos sentir como país rico e desenvolvido. O que faz um país se desenvolver e enriquecer é se esses recursos, sejam quais forem, são usados com eficiência, e nós temos de voltar a essa agenda.

Não adianta imprimir um custo de R$ 100 bilhões ao Tesouro para assegurar alguns benefícios que aliviem a carga tributária, quer das empresas quer dos cidadãos, se do outro lado isso gera um desequilíbrio fiscal e uma perda de produtividade. Nós temos de voltar às agendas reformistas que retiram esse custo, o Custo Brasil, das empresas, de quem gera emprego e renda e para que a gente possa, de fato, voltar a competir em boas bases no mercado internacional.

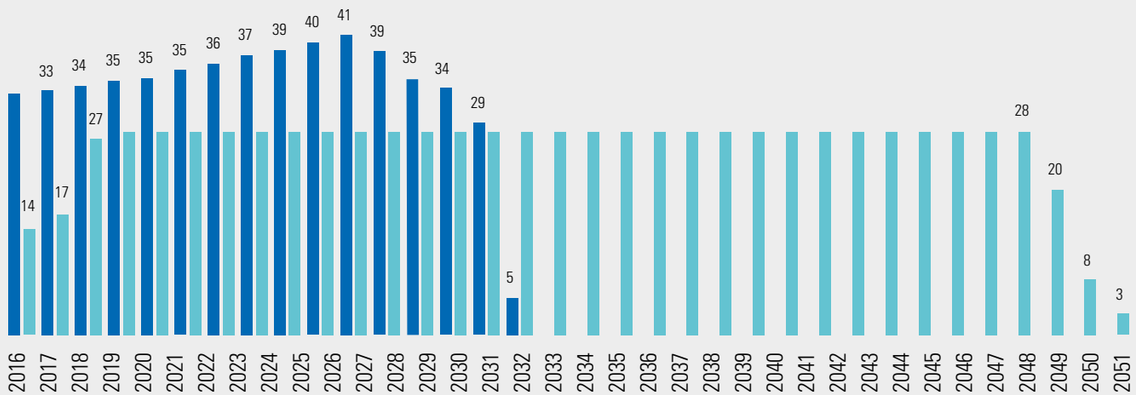
Precisamos voltar a defender uma agenda de integração ao comércio internacional, fazer acordos novamente, bilaterais ou multilaterais, voltar a abrir mercados para o Brasil e garantir que a gente volte a ter bases boas de competição. Eu coloco aqui alguns exemplos: teto dos gastos, reforma da previdência, mas já estamos revendo vários programas de governo.

O primeiro passo já está sendo feito, a retirada dos desvios e fraudes dos programas, que é assustadora. Nós estamos fazendo essa agenda e acreditamos que só essa revisão deve render uma redução de custos no ano que vem da ordem de R$ 10 a R $15 bilhões. É pouco, mas temos de fazer porque não é possível conviver com desvios. Estamos mudando a lei de finanças. Existe um projeto no Congresso e estamos acompanhando, com muito boa interlocução. Estamos já trabalhando no fortalecimento da LRF e na instituição de um conselho de gestão fiscal que monitore as contas dos entes subnacionais, além de modernização do sistema de garantias da União.

Do lado da produtividade, nós temos de voltar à agenda da reforma tributária sem dizer que a reforma deles, dos estados, é mais importante que a nossa, do governo federal. Mas vamos começar pela do governo federal, com o objetivo principal de reduzir contenciosos. Não podemos mais conviver no Brasil com o nível elevadíssimo de contenciosos tributários, de insegurança jurídica na produção relativa ao desenho que nós temos para o pagamento de impostos. Acho que essa agenda, da eficiência, é a principal agenda ligada à área tributária. Estamos ainda fortalecendo o marco regulatório, especialmente de óleo e gás. Estamos estimulando, também, melhoras na gestão e a volta de uma cultura de empreendedorismo e cultura empresarial nas empresas públicas. No caso da Eletrobras, estamos estabelecendo diretrizes muito claras para a sustentabilidade da empresa e dos negócios de geração e

...O PROJETO DE LEI 257 É FRUTO DE ACORDO DO GOVERNO FEDERAL COM GOVERNADORES, ALONGA O SERVIÇO DA DÍVIDA CONTRATADA COM A UNIÃO E PODE RECOMPOR A CREDIBILIDADE DAS FINANÇAS DO SETOR PÚBLICO A NÍVEL SUBNACIONAL.

Projeções dos serviços da dívida refinanciada pela Lei 9.496/97: o impacto do PLP 257/16
(R$ Bilhões de 2016)



Fonte: STN

- PLP 257 – traz as condições da renegociação da dívida dos estados com a União
  - Alongamento da dívida com a União em 20 anos
  - Desconto de 100% nas parcelas mensais da dívida até o fim de 2016. Desconto limitado a R$ 500 milhões
  - Descontos decrescentes a partir de janeiro de 2017, de 94,74% do total da parcela a zero (redução mensal de 5,26% pontos percentuais).
  - Para os estados que ficaram sem pagar por até três meses devido à liminar do STF, parcelamento do montante devido em 24 meses a partir de julho.
  - Alongamento de quatro linhas de crédito do BNDES por 10 anos, com 4 anos de carência - Proinveste, ProPAC, PROPAE, PEF 1 e PEF 2
- A mobilização dos governadores ocorre em busca de mais auxílios (NO/NE/CO) e de alívio temporário, mas isso não resolve o problema e agrava a percepção deterioração fiscal no Brasil. Todos perdem.

transmissão de energia, além da entrega ao setor privado da área de distribuição.

Em relação à burocracia e reforma do Estado, estamos buscando mecanismos para estimulá-lo a buscar eficiência e maior produtividade. Com isso, vamos usar da melhor maneira os impostos recolhidos da sociedade. Precisamos melhorar o ambiente dos negócios, especialmente a segurança jurídica, a qualidade da inovação e do empreendedorismo, o fortalecimento da governança nas empresas estatais e nos fundos de pensão, a desmobilização de ativos e o ajuste patrimonial, que vai nos ajudar muito a fazer essa consolidação da passagem fiscal porque traz receitas para a União, mas principalmente porque os coloca nas mãos de quem pode fazer uma operação mais eficiente e uma entrega melhor à sociedade de serviços que hoje estão nas mãos do Estado. Precisamos, ainda, fazer uma modernização das leis trabalhistas e uma maior integração no comércio internacional. É uma agenda desafiadora, mas é uma agenda que o Brasil nunca deveria ter abandonado."

Recuperação do crescimento do Brasil: iniciando um ciclo virtuoso

Consolidação Fiscal

Fortalecimento de instituições da política fiscal: Contenção de gastos, compliance, transparência, prevenção de riscos Fiscais, recuperação da confiança e retorno do crescimento.

1. Teto para as Despesas (EC 241/2016)

Garantir sustentabilidade fiscal de longo prazo e reduzir necessidade de expansão da carga tributária

2. Reforma da Previdência

Convergência aos padrões internacionais e solvência do sistema

3. Revisão de Programas de Governo

Permitir eficiência e efetividade

4. Nova Lei das Finanças Públicas (PLP 229/2009)

Racionalizar o ciclo de planejamento e orçamento

5. Fortalecimento da LRF e Regulamentação do Conselho de Gestão Fiscal

6. Modernização do Sistema de Garantias da União

Novas regras: mais justas, porém mais fidedignas.

Aumento da Produtividade

1. Reforma Tributária

Simplificar, aumentar a eficiência, reduzir contencioso

2. Fortalecimento do arcabouço regulatório

3. Redução da Burocracia e Reforma do Estado

Focar nas atividades essenciais do estado e na prestação de serviços para o cidadão

Reduzir as rigidezes operacionais e dar os instrumentos necessários aos gestores públicos

Ser orientado a resultados

4. Melhoria do ambiente de negócios

5. Fortalecimento da governança e da conformidade nas empresas públicas e seus fundos de pensão

6. Desmobilização de ativos e privatização

7. Modernização das leis trabalhistas

8. Maior integração no comércio internacional

PRIMEIRO O TETO DE GASTOS, DEPOIS A PREVIDÊNCIA

O ESTABELECIMENTO DE UM LIMITE PARA OS GASTOS DO GOVERNO FEDERAL NÃO É SUFICIENTE PARA CONTROLAR A CRISE FISCAL, DIZ O SENADOR PAULO BAUER (PSDB-SC). SEGUNDO ELE, A REFORMA DA PREVIDÊNCIA DEVE VIR LOGO EM SEGUIDA

Foto: F. Stuckert

Bauer diz que, uma vez aprovada na Câmara dos Deputados, PEC terá votação rápida no Senado

O estabelecimento de um teto para as despesas do governo federal é medida essencial para iniciar o processo de retomada do crescimento econômico, aponta o senador Paulo Bauer, do PSDB de Santa Catarina. O parlamentar acredita que, após a aprovação, na Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 241, a tramitação do texto será rápida no Senado. Nesta entrevista, ele diz, ainda, que discutir a reforma da Previdência será o passo seguinte necessário e indispensável na busca do reequilíbrio das contas federais.

Qual é a importância de se estabelecer um teto para os gastos públicos no Brasil hoje?
Essa é uma medida muito necessária. Tendo em vista o déficit público, tanto na esfera federal como nos governos estaduais e municipais, é preciso uma regra para assegurar a redução do déficit e o controle do crescimento das despesas públicas. Precisamos limitar o aumento dos gastos à inflação do ano anterior. Isso ajudará a promover a retomada da atividade econômica e permitirá a recuperação das receitas federais. A crise fiscal afasta investimentos, impede a redução dos juros e prejudica a geração de empregos.

O que nos levou ao atual cenário?
A questão geradora de tudo que estamos vivendo foi a irresponsabilidade do governo do PT, que tomou decisões com foco maior no cenário eleitoral do que o país realmente precisava. O fato de terem mantido preços públicos sob controle, por exemplo, promoveu a destruição da saúde financeira da Petrobras. O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), por sua vez, realizou obras de grande vulto em outros países (com custos para o Tesouro). Também foram concedidos aumentos salariais acima da capacidade de pagamento do governo. E tudo isso aconteceu aliado a outro grande problema, que foi a redução da atividade econômica, o que promoveu a redução de receitas públicas. O cenário atual é resultado de uma ação muito mais relacionada à irresponsabilidade do governo do PT do que a qualquer outro fator.

Quando esse desajuste começou?
No segundo governo Lula, foram abandonadas as regras básicas de estruturação que foram implantadas a partir da gestão de Itamar Franco. Com Fernando Henrique Cardoso, foi possível estruturar a economia. Quando, no segundo governo Lula, tivemos a crise econômica mundial, o problema começou a se agravar, por meio de concessão de subsídios, crescimento desordenado de programas sociais, desonerações e manutenção dos preços dos serviços públicos sob controle. Isso beneficiou somente um setor: o financeiro. Outros países fizeram os ajustes e agora já estão crescendo.

O texto da PEC nº 241 está correto e adequado à situação que enfrentamos?
O debate sempre é positivo e contribui para que se melhore o texto. Mas a linha mestra da PEC nº 241 está correta e deve ser implementada. Em outro momento político, econômico e conjuntural, talvez pudéssemos tomar outras providências, mas agora estabelecer um teto de gastos está correto. Não há crises em outros países ou mercados. O Brasil tem, ainda, um alto nível de reservas. A PEC vai ajudar a resolver a crise. Entretanto, não há como pensar em uma solução instantânea, como o confisco, no governo Collor, a moratória, no governo Sarney, ou a criação de uma nova moeda, por exemplo. Cada momento exige o seu remédio e estabelecer o teto de gastos está correto.

A crise ajuda a construir uma maioria a favor do teto de gastos?
Sim. Há uma nova ordem política, um novo presidente e novos ministros, todos cientes das limitações financeiras federais. Não há perigo, risco, de o governo não cumprir sua missão institucional. A sociedade toda começa a sentir mais segurança e todo esse processo de ajuste precisa ser feito progressivamente. É preciso ter paciência, pois não estamos corrigindo, somente, erros dos últimos 12 meses, mas erros acumulados durante uma década.

Qual é a probabilidade de aprovação da PEC pelos senadores?
Depois da aprovação na Câmara, no Senado vai ser mais rápido. Em primeiro lugar, porque somos 81 senadores e 60 fazem parte da base do governo. Uma vez aprovada na Câmara, poderemos ter quebra de interstício (intervalo de cinco dias úteis que é aplicado entre a votação do primeiro e do segundo turno de uma proposta de emenda à Constituição) no Senado, se houver consenso. Assim, a discussão será ainda mais rápida.

É preciso, junto com a PEC nº 241, promover a reforma da Previdência?
Sim, por uma razão matemática. Em breve teremos mais gente a se aposentar. Não podemos deixar tudo como está, diante do aumento da idade média do brasileiro. É necessária uma reformulação das regras básicas da Previdência, e quem está entrando agora no mercado deve saber que terá de contribuir durante mais tempo. Quem está do meio para o final (da vida laboral) talvez tenha que recolher por mais tempo. Isso para que, daqui a alguns anos, não se corra o risco de quem está aposentado não receber ou receber menos do que faz jus. A reforma da Previdência não deve ser questionada politicamente nem pela oposição. A ex-presidente Dilma Rousseff, quando veio ao Congresso, disse que esta reforma era imprescindível e improrrogável. Não é assunto que deveria dividir os partidos.

SAÚDE E EDUCAÇÃO TERÃO PRESERVADO O PISO DE GASTOS

RELATOR DA PEC Nº 241 NA CÂMARA, O DEPUTADO FEDERAL DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS) EXPLICA A IMPORTÂNCIA DA APROVAÇÃO DA NOVA POLÍTICA FISCAL E DOS CUIDADOS EM SUA APLICAÇÃO

Foto: Lucio Bernardo Junior

Perondi diz que a comissão especial da reforma da Previdência será instalada ainda em 2016, para completar o ajuste fiscal

A elevação dos gastos públicos, nos últimos anos, não apenas estrangulou a capacidade do governo de programar novas ações, como também colocou em risco a capacidade de honrar ações já existentes. Por isso, foi encaminhada ao Congresso a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 241, que propõe um limite de gastos ao governo federal, dentro do Novo Regime Fiscal. O relator do texto na Comissão Especial da Câmara, deputado Darcísio Perondi, do PMDB do Rio Grande do Sul, explica, nesta entrevista, por que a proposta é importante para o Brasil retomar a credibilidade fiscal, reduzir os juros, promover o crescimento e ampliar o nível de emprego.

Por que a PEC nº 241 é importante?
Porque o país está numa penúria fiscal, após um período de irresponsabilidade absoluta. O governo, nestes últimos sete anos, aumentou o gasto 50% acima da inflação. Não há conta que feche. Este ano, o cheque especial é de R$ 170 bilhões (déficit primário, sem a conta de juros), e no ano que vem será de R$ 139 bilhões. Foi esquecida a máxima de Homero, de 300 anos antes de Cristo: não roubar, não deixar roubar, não gastar mais do que arrecada e cuidar do dinheiro igual ou mais do que o seu. O governo petista absolutamente esqueceu isso.

Haveria mais tempo para fazer o ajuste?
Ou as reformas, ou o colapso fiscal. O governo esgotou sua capacidade de se financiar por meio de tributos, porque a despesa primária é alimentada por eles. Houve políticas erradas de toda ordem, desde programas sociais e descontrole na Previdência a subsídios e desonerações com impactos quase permanentes sobre o Tesouro. Vamos pagar anos a fio por esses erros. Os R$ 500 bilhões da bolsa-empresário têm um custo fiscal, no déficit nominal, de R$ 40 bilhões por ano. Outro exemplo é dar benefícios sociais que nem países ricos dão. A desoneração fiscal não deu certo e custará R$ 20 bilhões por ano, além do descontrole na Previdência, onde os benefícios estão indexados ao salário mínimo.

Quando veremos os resultados da nova política fiscal?
O país começará a ter superávit primário, talvez, em quatro ou cinco anos. A ex-presidente Dilma Rousseff foi tão irresponsável que aumentou em quase 50% a dívida bruta, que vai crescer ainda mais nos próximos dez anos. Este quadro é explosivo. O governo se financiou com a poupança dos brasileiros. O quadro fiscal é dramático, sob o ponto de vista de resultado primário. Já estamos em penúria fiscal e, se nada for feito, entraremos em colapso dentro de um período de dois a quatro anos. Ou imposto ou hiperinflação. É o dia do juízo fiscal, que precisamos evitar.

Quais são os pilares da PEC?
O governo precisa reduzir gastos, em todos os níveis de Estado. A PEC nº 241 foca no controle da despesa primária do governo federal e isso é revolucionário. O governo vai controlar o caixa. Não pode ser um programa de suspiro, como o Plano Cruzado. O paciente é grave. Não precisa de *band-aid*; precisa de cirurgia. Este programa de limite de gastos foi bem-sucedido em dezenas de países do mundo. Como a situação fiscal brasileira é dramática, o governo vai constitucionalizar esta reforma. Ela vai produzir um orçamento verdadeiro, que vai durar 20 anos. Com dez anos pode ser revisado o indexador, mas não a mecânica. O orçamento da União terá um limite global e todos os Poderes terão limites individualizados. O gasto que for feito em 2017 será corrigido, no mínimo, por dez anos pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). O processo será lento, gradual e consistente. O projeto vai limitar gastos de pessoal. Concurso público, só quando houver vacância. Aumento para o funcionalismo vai haver só em caso de espaço no orçamento.

A mudança vai tirar dinheiro da educação e da saúde?
Saúde e educação têm piso constitucional. Houve vinculação da educação, há mais de 20 anos, e da saúde, há 16. O governo está suspendendo as vinculações na saúde e na educação, mas respeitando o piso constitucional. O dinheiro da saúde e da educação está garantido, porque o piso é mantido. O Congresso pode aumentar os recursos da saúde e da educação, dentro do limite global. As duas fontes maiores que alimentam a educação são o salário-educação e o Fundeb (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica), que estão fora do teto.

A PEC, sozinha, resolve o problema das contas públicas?
Não resolve porque 90% da despesa primária está vinculada e 40% dela é a Previdência. Mas por que não saiu a reforma da Previdência primeiro? Porque primeiro vamos organizar a sistemática da despesa. Se não houver reformas, a despesa primária vai passar de 110% nos próximos dez anos. O governo, mostrando que está reduzindo sua despesa primária, pode reduzir a taxa Selic. A reforma fiscal e da Previdência são irmãs gêmeas, só que o primeiro passo é mostrar que o governo vai cuidar do seu gasto. A decisão está tomada. A reforma (da Previdência) virá.

Qual a perspectiva de o texto da PEC nº 241 ser aprovado pelo Congresso?
O texto será aprovado em 60 dias na Comissão Especial. Em outubro vamos aprovar no plenário (da Câmara dos Deputados). Na primeira semana de novembro, o Senado já estará analisando. A PEC dos gastos será aprovada em 90, cem dias, ou seja, recorde absoluto. Em outubro, a reforma da Previdência estará aqui, só que terá outro *timing*, pois é mais complexa. A Comissão Especial da Previdência será criada ainda este ano, mas os trabalhos vão entrar pelo primeiro semestre (de 2017) em diante.

EMPRESAS PRECISAM APRENDER A GERIR A INOVAÇÃO

ESSE É O PRINCIPAL RESULTADO DE ESTUDO DA MOBILIZAÇÃO EMPRESARIAL PELA INOVAÇÃO, BASEADO NA COMPARAÇÃO ENTRE 12 COMPANHIAS BRASILEIRAS E NOVE DOS ESTADOS UNIDOS

A utilização de big data é uma das recomendações do estudo para empresas que pretendem fazer boa gestão da inovação

Foto: Pavel L Photo and Video / Shutterstock.com

Embora sejam importantes, apenas boas ideias não são suficientes para que uma indústria seja inovadora. É preciso ter ferramentas adequadas para estruturar a prospecção e a estratégia tecnológica, selecionar bons projetos de pesquisa e de desenvolvimento e definir um modelo de gestão da inovação dentro da empresa.

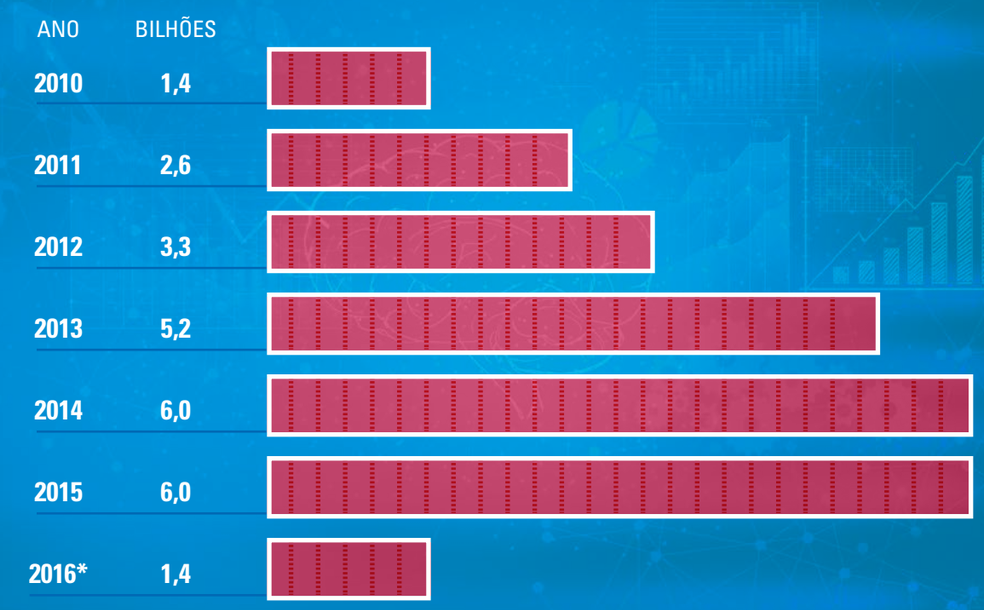
A conclusão é de um estudo inédito divulgado, em setembro, pela Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), movimento coordenado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). O diagnóstico, entretanto, traz um alerta: ainda é pouco comum que as empresas brasileiras usem esses instrumentos de gestão da inovação.

Assinado pelos pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) Fernanda de Negri e João de Negri, o documento *Melhores Práticas Empresariais para Inovar* foi elaborado a partir de entrevistas com 21 CEOs, sendo 12 de empresas brasileiras e nove de companhias dos Estados Unidos, localizadas na região de Boston. O objetivo foi identificar práticas empresariais inovadoras tendo como referência cinco eixos: prospecção tecnológica, estratégia tecnológica, avaliação de projetos de P&D, gestão da inovação e *venture capital*.

De acordo com o estudo, o Brasil não tem acompanhado as novas tendências no ritmo desejado e necessário, apesar do lançamento de programas e ações focadas no fomento à inovação e no desenvolvimento tecnológico ao longo da última década. Os pesquisadores apontam os seguintes caminhos para fortalecer a inovação no país: utilização de *big data* e processamento de dados para subsidiar a tomada de decisões, estruturação de estratégias de análise de tendências e desenvolvimento tecnológico.

Apesar da importância para a inovação, os recursos alocados em pesquisa e desenvolvimento despencaram no Brasil, em 2016, conforme levantamento da MEI. Até junho, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) investiu R$ 1,4 bilhão em inovação, valor quatro vezes menor do que o total despendido em 2015, R$ 6 bilhões. Os dados do BNDES mostram, ainda, que os recursos não reembolsáveis, mais usados por empresas de maior risco tecnológico, representam apenas 5% dos valores empenhados pelo banco.

OS INVESTIMENTOS DO BNDES COM INOVAÇÃO RECUAM E DIFICULTAM A EXPANSÃO DA CULTURA DA INOVAÇÃO NO PAÍS



* até junho

Obs.: A participação dos recursos para inovação nos desembolsos totais do BNDES inclui os repasses à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)

Foto: Tracey Jones Photography / Shutterstock.com

ABAIXO DO NÍVEL

PONTOS DE ESCOAMENTO DA MAIOR PARTE DAS EXPORTAÇÕES NACIONAIS, OS PORTOS BRASILEIROS TÊM SOFRIDO COM PROBLEMAS DE REGULAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Atrasos em obras de infraestrutura, demora na liberação de cargas, ineficiência na coordenação institucional e legislação volumosa e conflituosa figuram entre os principais entraves do setor portuário. O peso da burocracia chega a representar gasto adicional de R$ 4,3 bilhões por ano, causando prejuízos e elevando custos, revela o estudo *As Barreiras da Burocracia: O Setor Portuário*, elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Resultado de entrevistas com *stakeholders* e de análise de dados secundários, o trabalho apresenta propostas para melhorar a qualidade dos serviços prestados e faz um diagnóstico das principais dificuldades enfrentadas que afetam a economia como um todo. O setor portuário é responsável por cerca de 80% do fluxo de comércio exterior em termos monetários, e por 95% em peso, de acordo com a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Uma perda relevante apontada no estudo se refere aos atrasos em obras de implementação de infraestrutura portuária, que impactam negativamente o caixa de investidores em até R$ 6,3 bilhões. Para isso, contribui a demora de até dois anos na análise de licenças ambientais. O tempo se refere não apenas a empreendimentos de maior magnitude, mas também a obras de alteração de calado, dificultando o acesso de navios de porte.

O presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), Wilem Mantelli, considera que a questão mais urgente a ser enfrentada pelo governo é a unificação das políticas setoriais. "Hoje há uma invasão de competências, que gera insegurança aos investidores", diz. São 14 órgãos de governo que atuam de maneira independente e sobreposta. Além disso, não há integração de sistemas e nem coordenação entre os agentes envolvidos, alerta Mantelli. "Dentre os ministérios, são dez envolvidos com transportes. E não trabalham de forma harmônica. Navios, caminhões e trens ficam parados porque os portos afetam toda a cadeia logística", critica o dirigente.

Problemas dessa natureza em um setor tão estratégico contribuem para que o Brasil figure em documento do Fórum Econômico Mundial como como penúltimo colocado entre 140 países analisados no que tange à "facilidade de cumprir requisitos administrativos e regulatórios".

Também evidenciada no estudo, a ocupação partidária em postos-chave é outro problema relatado pelo presidente da ABTP. "As administrações portuárias, há muito tempo, não cumprem sua finalidade. Administradas por políticos, não têm gestão continuada, dependendo, sempre, de apadrinhamento do poder político regional", lamenta Mantelli.

O setor acredita que a Secretaria de Portos, agora incorporada pelo Ministério dos Transportes, deveria ser a única instância para executar as políticas setoriais, fazer outorgas e contratos de arrendamento de áreas portuárias, tendo autonomia para fiscalizar a aplicação do dinheiro público. "Hoje está tão diluído que ninguém tem a palavra final", afirma Mantelli.

A realização de vistoria conjunta de cargas nos portos, por parte dos órgãos de fiscalização, é muito rara, revela o diagnóstico da CNI, acarretando em prazo de até 30 dias para ocorrer uma liberação. Dados do Banco Mundial indicam que é de 146 horas o tempo médio gasto para a liberação de cargas em contêineres no Brasil, muito superior à média da América Latina, de 93 horas, e do México, de apenas 18 horas.

AÇÕES PARA A MELHORIA DO SETOR PORTUÁRIO

INDÚSTRIA MAIS CONFIANTE

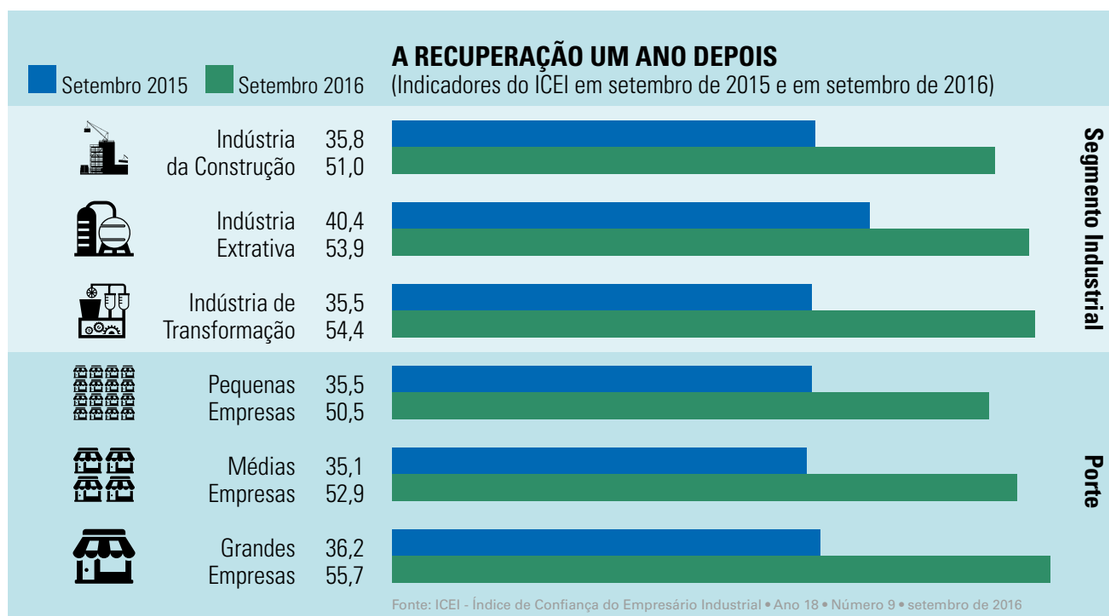
DADOS DE SETEMBRO MOSTRAM QUE SEGUE FIRME A RECUPERAÇÃO DO *ÍNDICE DE CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO INDUSTRIAL* (ICEI), QUE EM SETEMBRO REGISTROU O QUINTO AUMENTO CONSECUTIVO

A indústria está cada vez mais confiante na recuperação da economia brasileira. Em setembro, o *Índice de Confiança do Empresário Industrial* (ICEI) aumentou 2,2 pontos na comparação com agosto, fechando em 53,7 pontos. O indicador, que apresenta alta de 18 pontos em relação ao mesmo mês de 2015, reforça a tendência de recuperação da confiança do empresário industrial. Foi o quinto mês consecutivo de crescimento, o que representou um aumento de 16,9 pontos no período.

O maior otimismo foi registrado na indústria de transformação, onde o ICEI ficou em 54,4 pontos. As grandes empresas ficaram com um índice de 55,7 pontos. Em setembro, todos os segmentos industriais (extrativa, transformação e construção) registraram índices superiores a 50 pontos, o que não acontecia desde março de 2014.

A indústria da construção ficou com 51 pontos e a extrativa, com 53,9 pontos. Por porte, as médias empresas tiveram ICEI de 52,9 pontos e as pequenas, de 50,5 pontos. Foram ouvidas 3.155 empresas (1.247 de pequeno porte, 1.179 de médio porte e 729 de grande porte), entre 1º e 14 de setembro de 2016. Os indicadores variam no intervalo de 0 a 100. Valores acima de 50 indicam situação melhor ou expectativa otimista.

Na indústria da construção, os setores construção de edifícios e obras de infraestrutura registram índices acima de 50 pontos. Na extrativa, os setores de extração de minerais metálicos e extração de minerais não metálicos também registram confiança dos empresários. Na transformação, 21 setores, de um total de 27, registram índices de 50 pontos ou mais, o que indica uma disseminação da recuperação da confiança.



Fonte: ICEI - Índice de Confiança do Empresário Industrial • Ano 18 • Número 9 • setembro de 2016

PAROU DE CAIR

SONDAGEM INDUSTRIAL MOSTRA QUE A PRODUÇÃO FABRIL NO PAÍS INTERROMPEU, EM AGOSTO, A MAIS LONGA SÉRIE DE QUEDAS JÁ REGISTRADAS DESDE QUE O INDICADOR FOI CRIADO

Após 21 meses de queda, a produção industrial em agosto não recuou na comparação com o mês anterior, o que indica uma possível recuperação da atividade econômica. Nas empresas de grande porte, o índice de evolução da produção, que bateu os 54,4 pontos, mostra um crescimento na comparação com os 49,1 pontos registrados em julho, conforme dados da pesquisa *Sondagem Industrial*, do mês de agosto.

No geral, o indicador industrial registrou 50,8 pontos em agosto contra 46,6 pontos em julho. Essa é uma boa notícia, embora a utilização da capacidade instalada ainda esteja baixa, na marca dos 66%, mesmo percentual registrado em agosto de 2015. Os dados das grandes indústrias são ainda mais favoráveis. Nas empresas de grande porte, o *Uso da Capacidade Instalada* (UCI) chegou a 71%, percentual superior ao registrado em 2015.

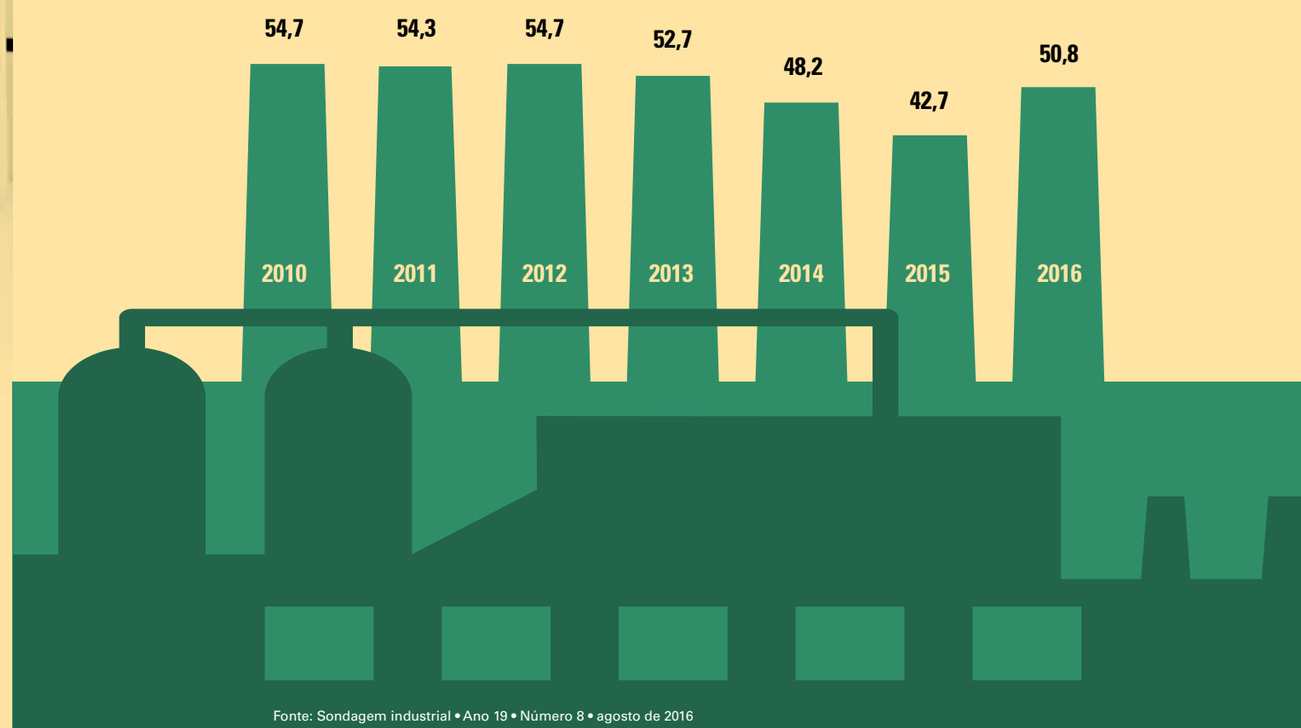
De acordo com a pesquisa, as expectativas não se alteraram, mas permanecem positivas de uma forma geral. Os empresários esperam aumento da demanda, da quantidade exportada e das compras de matérias-primas nos próximos meses. Contudo, a expectativa de novas reduções no número de empregados se mantém. Foram ouvidas 2.560 empresas (1.059 pequenas, 915 médias e 586 grandes) entre os dias 1o e 14 de setembro. Os índices variam no intervalo de 0 a 100 pontos e valores acima de 50 pontos indicam crescimento.

O indicador de evolução da produção não ficava acima de 50 pontos desde novembro de 2014. Já o índice de *Utilização da CapacidadeInstalada* (UCI) efetiva em relação ao usual subiu 1,8 ponto em agosto, frente a julho, e somou 38,3 pontos.

Outro índice monitorado, o de evolução do número de empregados, ficou em 46,3 pontos em agosto e permaneceu abaixo dos 50. Embora esse dado aponte que houve nova queda do emprego industrial, este ritmo está desacelerando. O índice é o maior desde dezembro de 2014. Já o indicador de evolução de estoques ficou em 50,4 pontos. Como praticamente permaneceu sobre a linha divisória dos 50 pontos, esse resultado mostra que não houve mudança no nível de estoques no mês.

Outro dado que reforça o diagnóstico de recuperação é o índice de nível de estoque efetivo em relação ao planejado, que subiu 1,0 ponto na comparação com julho, passando de 49,8 pontos para 50,8. Isso significa que os estoques seguem ajustados ao nível planejado pelas empresas.

ÍNDICE DE EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO NOS MESES DE AGOSTO (2010 A 2016)



Fonte: Sondagem industrial • Ano 19 • Número 8 • agosto de 2016

CRISE AUMENTA DEMANDA POR SERVIÇOS PÚBLICOS

A população brasileira sentiu, de maneira significativa, o aprofundamento da crise econômica entre 2015 e 2016 e passou a demandar mais serviços públicos: 48% passaram a usar mais transporte público, 34% deixaram de ter plano de saúde – passando a recorrer aos hospitais públicos – e 14% transferiram o filho de uma escola particular para uma pública. As informações são da pesquisa *Retratos da Sociedade Brasileira – Dois anos de crise econômica*, divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em agosto.

48% PASSARAM A USAR MAIS TRANSPORTE PÚBLICO

34% DEIXARAM DE TER PLANO DE SAÚDE

14% TRANSFERIRAM O FILHO DE UMA ESCOLA PARTICULAR PARA UMA PÚBLICA

Fonte: *Retratos da Sociedade Brasileira – Dois anos de crise econômica* • Ano 5 • Número 34 • agosto de 2016

DIFICULDADE PARA FECHAR AS CONTAS

Dois terços dos brasileiros encontram dificuldades para pagar suas contas e compras a crédito e chegam a 30% os que não conseguem pagar seu aluguel ou prestação da casa própria, conforme a pesquisa *Retratos da Sociedade Brasileira – Dois anos de crise econômica*, da CNI. Para contornar essa situação, os brasileiros mudaram seu local de consumo para estabelecimentos mais em conta (80%), trocaram produtos por similares mais baratos (78%) e reduziram a impulsividade nas compras, pesquisando mais os preços antes de comprar (93%).

Outras medidas adotadas para contornar a crise

VENDA DE BENS PARA PAGAR DÍVIDAS (24%)

MUDANÇA DE RESIDÊNCIA PARA REDUZIR CUSTO COM HABITAÇÃO (19%)

Fonte: *Retratos da Sociedade Brasileira – Dois anos de crise econômica* • Ano 5 • Número 34 • agosto de 2016

POPULARIDADE DO GOVERNO FEDERAL CONTINUA BAIXA

A popularidade do presidente Michel Temer se mantém baixa, ainda que superior à da então presidente Dilma Rousseff, em março de 2016, conforme pesquisa CNI/Ibope divulgada em setembro. O percentual da população que avalia o governo como ótimo ou bom oscilou dentro da margem de erro de 13% para 14%, enquanto o percentual que o avalia como ruim ou péssimo manteve-se em 39%. Os percentuais dos que aprovam e desaprovam a maneira de Temer governar oscilaram dentro da margem de erro. A aprovação foi de 31% para 28% e a desaprovação, de 53% para 55%.

Avaliação do Governo Temer

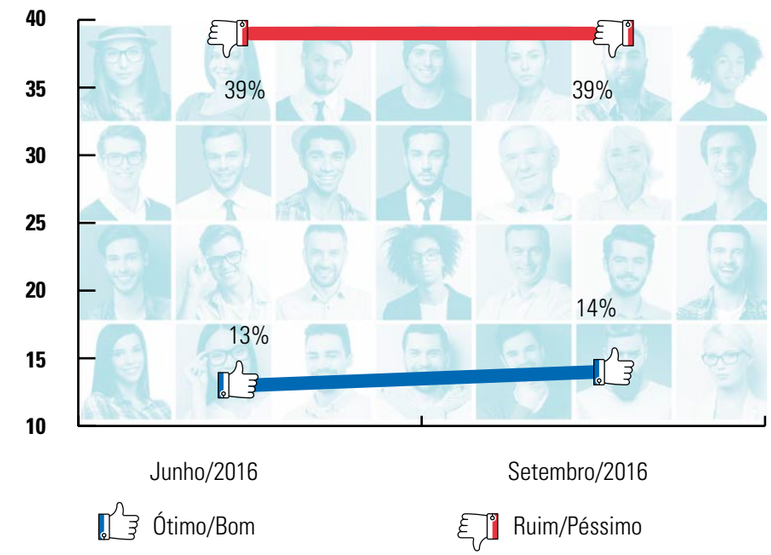


Foto: g-stockstudio / Shutterstock.com

Fonte: Pesquisa CNI-Ibope – Avaliação do Governo • Ano 6 • Número 3 • setembro de 2016

MELHORA A CONFIANÇA DO CONSUMIDOR

A confiança do consumidor teve pequena melhora em agosto, de acordo com o *Índice Nacional de Expectativa do Consumidor* (INEC), quando registrou 102 pontos, 0,8% maior do que o verificado em julho e 3,1% acima do observado em agosto de 2015. Apesar da melhora, o índice está 6,3% abaixo de sua média histórica. A maioria dos índices que compõem o INEC mostram variações positivas. Vale destacar os dados de expectativa com relação à inflação e à própria renda, que indicam menor preocupação com a evolução dos preços e maior otimismo com a renda futura.

Evolução do INEC nos últimos 12 meses

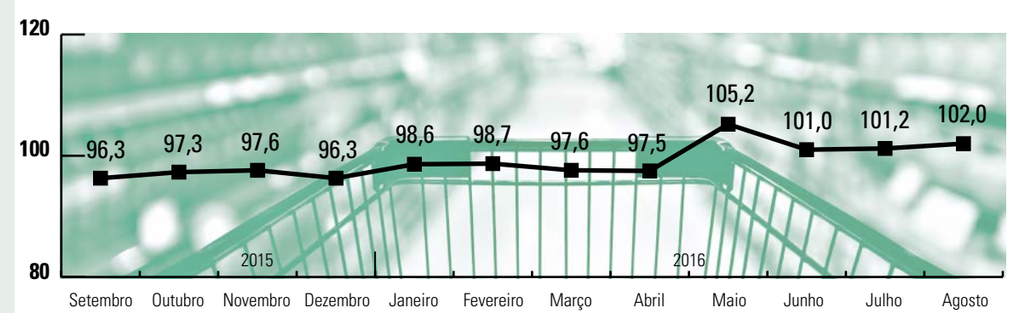


Foto: TZIDO SUN / Shutterstock.com

Fonte: INEC – Índice Nacional de Expectativa do Consumidor • Ano 18 • Número 8 • agosto de 2016

ALUNOS DO SESI-MS DESENVOLVEM AMASSADOR DE PET

Estudantes do 7º ano da Escola do Serviço Social da Indústria (SESI) de Campo Grande (MS) conquistaram o 1º lugar do prêmio "Aprender a Empreender no Meio Ambiente", promovido pela associação educativa *Junior Achievement*. Eles apresentaram protótipos de amassadores portáteis de garrafas PET, projetados para auxiliar catadores de lixo. Uma das maiores dificuldades no transporte desse resíduo, segundo pesquisa feita pelos alunos, é o volume da garrafa, por isso a ideia de desenvolver protótipos de amassadores com materiais variados.

Foto: Degtiarova Viktoriia / Shutterstock.com

CNI QUESTIONARÁ LEI FLUMINENSE NO SUPREMO

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) vai ajuizar ação no Supremo Tribunal Federal (STF), a pedido da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), na qual questiona a lei, de agosto deste ano, que determina a destinação de 10% dos incentivos fiscais ao Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (FEEF). Essa contribuição ao Fundo cria um novo tributo estadual e contraria a Constituição Federal. Entre 2008 e 2014, a política estadual de incentivos fiscais atraiu mais de 200 indústrias para o território fluminense, o que gerou quase 100 mil novos empregos e incrementou a arrecadação de impostos.

Foto: R.M. Nunes / Shutterstock.com

Foto: panpote / Shutterstock.com

PRODUÇÃO INDUSTRIAL CRESCE NO RS

O índice de produção da indústria gaúcha deu sinais de recuperação em agosto, alcançando 52,9 pontos – a mais expressiva elevação mensal desde fevereiro de 2014, quando havia alcançado 54,2 pontos. Os dados são da pesquisa *Sondagem Industrial*, divulgada em setembro pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS). A taxa de emprego de 47,1 pontos também apresentou melhora em comparação a julho (46,3 pontos), embora continue em patamar abaixo dos 50 pontos.

AMAZONAS PREMIA EXCELÊNCIA

Novos processos industriais apresentados por 19 empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM), na *17ª Mostra de Melhorias para a Qualidade*, serão agraciados, no dia 4 de novembro, com o *Prêmio Qualidade Amazonas 2016* (PQA).
As empresas Brasil Norte Bebidas, Yamaha Motor da Amazônia e Honda Componentes da Amazônia venceram o Troféu Ouro na categoria Grande Indústria. A solenidade de premiação acontecerá durante o *Qualishow*, evento promovido pela Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM).

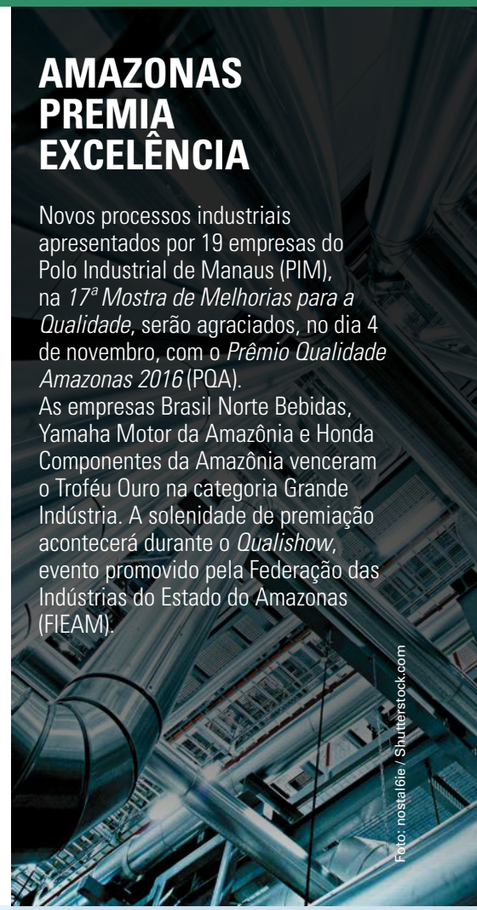


Foto: nostalgie / Shutterstock.com

SESI DO MARANHÃO ATENDE A JOVENS EM VULNERABILIDADE

O Programa *ViraVida*, do SESI, dirigido a jovens em situação de vulnerabilidade social (vítimas de exploração sexual, extrema pobreza, condições precárias de moradia e de saneamento), graduou 73 jovens de 14 a 24 anos, em São Luís (MA). Durante seis meses, o SESI-MA e parceiros possibilitaram a esses jovens acesso a educação, formação profissional, saúde, esporte e cultura, além de atendimento psicossocial. Desde 2011, 560 jovens foram atendidos pelo *ViraVida*, tendo 61% deles ingressado no mercado de trabalho.

Foto: Cristiano Costa / Sistema FIBRA

GIRO GLOBAL

CNI E BDI PROMOVEM ENCONTRO

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias da Alemanha (BDI) realizaram, em outubro, na cidade de Weimar (foto), o Encontro Econômico Brasil-Alemanha (EEBA). O evento é anual e tem como objetivo fortalecer a parceria entre os países. Os temas em debate contemplaram políticas econômicas e comerciais, oportunidades de negócios, compras governamentais, saúde e política industrial. Houve ainda visitas técnicas a empresas dos setores ótico, logístico e farmacêutico.

Foto: Fradkina Victoria / Shutterstock.com

Foto: The Art Friday / Shutterstock.com

BRASIL QUER ALIANÇA COM ARGENTINOS

A CNI e a União Industrial Argentina (UIA) assinaram declaração com vistas à criação do Conselho Empresarial Brasil-Argentina. O objetivo é ampliar e fortalecer a integração entre as duas economias. Com isso, os setores industriais dos dois países poderão trocar informações sobre políticas industriais e comerciais, identificar oportunidades de comércio e investimentos e articular a defesa de interesses dos setores junto aos governos, além de atuar no âmbito do Mercosul. Os representantes das duas entidades vão se reunir, pelo menos, uma vez ao ano.

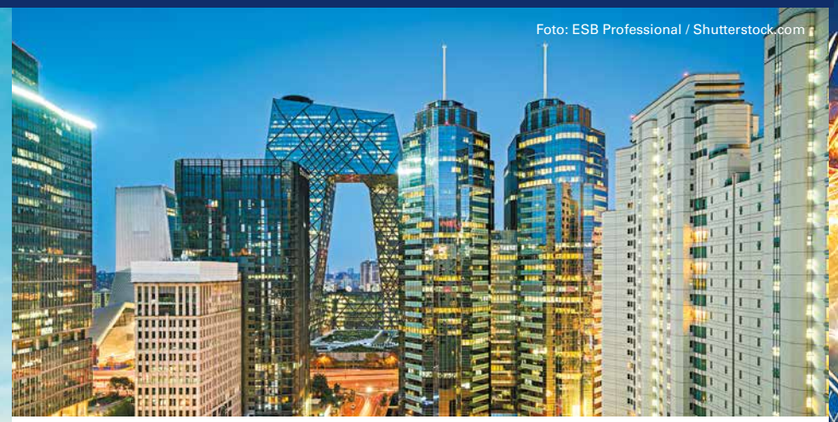


Foto: ESB Professional / Shutterstock.com

ALEMÃES ABREM REPRESENTAÇÃO EM PEQUIM

Como parte da estratégia de internacionalização, a Federação das Indústrias da Alemanha (BDI) abriu um escritório de representação em Pequim (foto), na China. "A indústria alemã vê a China como um parceiro de longo prazo em pesquisa e desenvolvimento, na digitalização e na política comercial internacional", disse o presidente da entidade, Ulrich Grillo. A federação alemã já possui escritórios em Bruxelas, Londres, Washington e Tóquio.

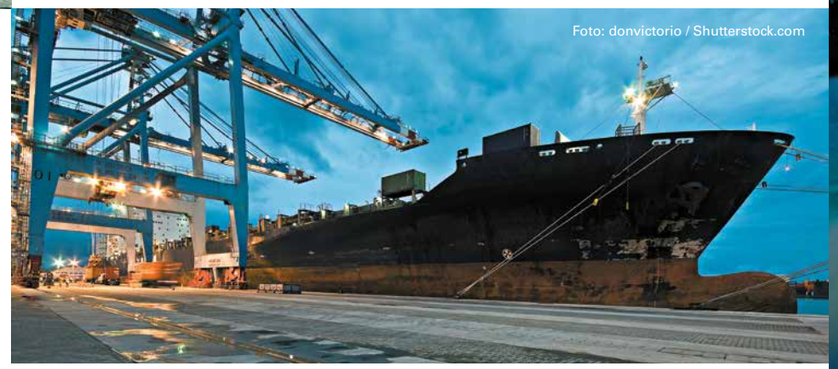


Foto: donvictorio / Shutterstock.com

AUMENTAM AS EXPORTAÇÕES AO JAPÃO

De janeiro a agosto deste ano, as exportações brasileiras para o Japão cresceram 2,6% em relação a igual período do ano anterior, alcançando os US$ 3 bilhões. A informação é do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). A participação do país asiático na compra de produtos brasileiros subiu de 2,3% para 2,5%, o que lhe dá o sexto posto. Entre os produtos exportados para o Japão, 37% são manufaturados ou semimanufaturados.

Foto: Krunja / Shutterstock.com

KEIDANREN RECEBE BRASILEIROS EM TÓQUIO

A CNI liderou a delegação para a 19ª Reunião Conjunta do Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão, que aconteceu no início de outubro, em Tóquio. Organizado também pela congênere japonesa, a Keidanren, o evento reuniu autoridades e empresários dos dois países. O objetivo do encontro é consolidar a parceria estratégica, aumentar o comércio bilateral e estimular os investimentos entre os dois países.

Foto: Odua Images / shutterstock.com

Cursos da Unindústria oferecem capacitação presencial, semipresencial ou a distância

A EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE CORPORATIVA

CRESCE OFERTA DE VAGAS E CURSOS DA UNINDÚSTRIA DESTINADOS A DOCENTES, GESTORES E FUNCIONÁRIOS DO SESI E DO SENAI

Quem ensina, precisa estar sempre aprendendo. Essa é a máxima que faz com que o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Social da Indústria (SESI) estejam sempre procurando elevar a qualidade de seus docentes, bem como de seus gestores e funcionários. O principal instrumento dessa formação é a Universidade Corporativa SESI SENAI, também conhecida como Unindústria, instituição criada em 2013 e que oferece cursos a distância, semipresenciais e presenciais para ampliar a qualidade de seu capital intelectual.

Até setembro deste ano, a Unindústria havia certificado cerca de 4.500 pessoas em todo o país. A expectativa é de que outros 1.500 alunos sejam qualificados até dezembro. Para 2017, a previsão é que em torno de 8.500 profissionais sejam capacitados pela universidade corporativa. "Nosso objetivo é abastecer, cada vez mais, os colaboradores do SESI e do SENAI com conhecimento de ponta", diz Márcio Guerra, gerente-executivo da Unindústria.

Para Guerra, é preciso alinhar as estratégias e os valores da organização com mais qualificação de seus funcionários. "Por isso, é tão importante conectar o negócio com a educação corporativa e balizar as soluções educativas com as necessidades de nossos profissionais", afirma.

A Universidade Corporativa SESI SENAI oferece cursos, também, em parceria com empresas do setor privado e universidades, focando não apenas a formação, mas também o desenvolvimento de conteúdos e programas.

A capacitação de gestores e docentes é gratuita e são utilizadas as estruturas físicas dos diretórios regionais do Sistema Indústria. Além disso, a Unindústria valoriza o conhecimento transmitido pelos colaboradores que estejam aptos a ministrar algum curso.

"Valorizar a experiência que se tem em casa é empoderar nosso time", defende Guerra. Para ele, isso ajuda a formar um aluno mais capacitado e mais preparado para a indústria e para o mundo. O gerente-executivo ressalta, ainda, que toda a metodologia pensada para cada curso leva em consideração as peculiaridades regionais, oferecendo um modelo moderno, integrado e prático.

COMO PARTICIPAR

Gestores, docentes e técnicos do SESI e do SENAI podem se inscrever diretamente no portal da Unindústria para participar de cursos livres, palestras e trilhas de aprendizagem.

NO PAÍS DA INDÚSTRIA 4.0

CNI E IEL LEVAM COMITIVA DE EMPRESÁRIOS A FÁBRICAS ALEMÃS E A CENTROS DE PESQUISA ESPECIALIZADOS EM MANUFATURA AVANÇADA

Foto: Roman Levenko / Shutterstock.com

Munique, sede da Siemens, foi uma das cidades visitadas pela comitiva

Uma comitiva de empresários e representantes de instituições brasileiras visitou, em outubro, polos de referência em inovação e manufatura avançada, na Alemanha, especialmente os relacionados à Indústria 4.0 e a centros de pesquisa e desenvolvimento, tanto públicos como privados. A inciativa foi promovida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL), com o apoio da Câmara de Comércio Brasil-Alemanha de São Paulo (AHK).

De acordo com a diretora de Inovação da CNI, Gianna Sagazio, a escolha das instituições visitadas foi criteriosa e fortalece a colaboração academia-indústria. "A CNI já protagonizou imersões nos Estados Unidos e no Brasil, quando foram mapeadas parcerias entre empresas e centros de pesquisa, além de negócios na área de tecnologia e inovação", lembra.

Empresários dos setores aeronáutico, de bens de capital e de tecnologia da informação e comunicação, acompanhados por integrantes do governo, de universidades e do terceiro setor, conheceram empresas como a Siemens, a Bosch e a Telekom, não apenas em Berlim, mas também nas cidades de Amberg, Stuttgart e Frankfurt.

PROGRAMA DE SUCESSO

As visitas a centros de referência tecnológica fazem parte do Programa de Imersões em Ecossistemas de Inovação, uma das prioridades definidas pela Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI) para este ano. O objetivo é facilitar arranjos público-privados, incentivando a colaboração de empresas brasileiras com centros de pesquisa e desenvolvimento.

CONHEÇA O SISTEMA INDÚSTRIA

CNI
A Confederação Nacional da Indústria (CNI) representa 27 federações de indústrias e mais de 1.200 sindicatos patronais, aos quais são filiadas quase 700 mil indústrias. Desde sua fundação, em 1938, atua na articulação com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e com entidades e organismos no Brasil e no exterior.

SENAI
O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) é um dos cinco maiores complexos de educação profissional do mundo e o maior da América Latina. Desde 1942, seus cursos já formaram quase 70 milhões de trabalhadores profissionais para a indústria.

SESI
O Serviço Social da Indústria (SESI) oferece, desde 1946, soluções para as empresas industriais brasileiras por meio de uma rede integrada, que engloba atividades de educação, segurança e saúde do trabalho e qualidade de vida.

IEL
O Instituto Euvaldo Lodi (IEL) prepara as empresas brasileiras para um ambiente de alta competitividade. Criado em 1969, oferece soluções em gestão corporativa, educação empresarial e desenvolvimento de carreiras.

MÍDIAS SOCIAIS

CNI
https://www.facebook.com/cnibrasil
https://www.flickr.com/photos/cniweb
https://instagram.com/cnibr/
https://twitter.com/cni_br
https://www.linkedin.com/company/cni-brasil

SENAI
https://www.facebook.com/senainacional
https://www.instagram.com/senai_nacional/
https://twitter.com/senainacional
https://www.youtube.com/user/senaibr

SESI
https://www.facebook.com/SESINacional
https://www.youtube.com/user/sesi
https://www.linkedin.com/company/sesi-nacional

IEL
https://www.facebook.com/IELbr
https://www.instagram.com/ielbr/
https://twitter.com/iel_br
https://www.linkedin.com/company/iel-nacional

CNI SESI SENAI IEL Sistema Indústria

Iniciativa da CNI - Confederação Nacional da Indústria

CNI
SESI
SENAI
IEL

CNI

Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA